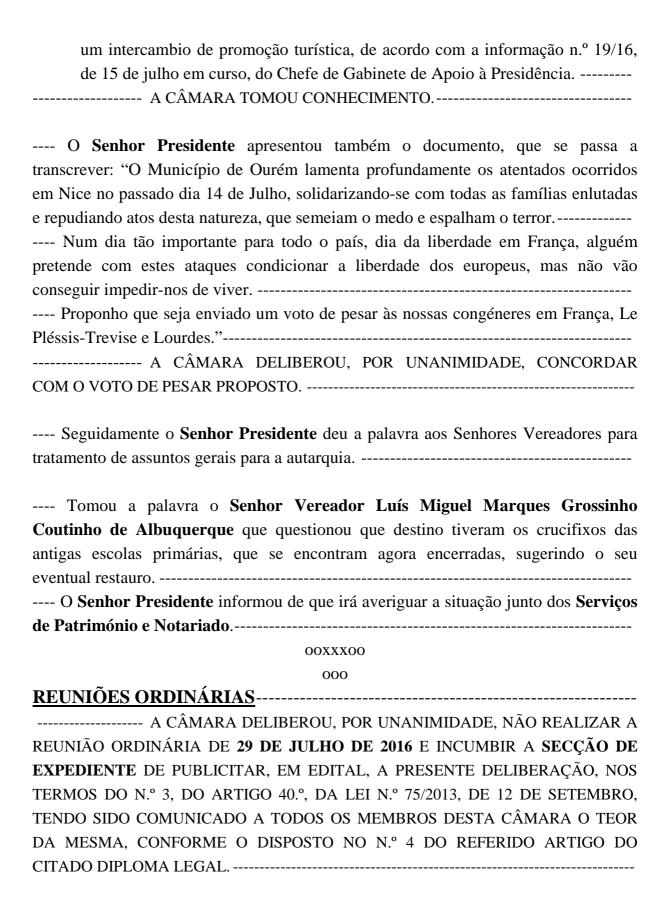


ATA N.º 16 (REUNIÃO PRIVADA)

Aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezasseis, na Cidade de
Ourém, no edifício dos Paços do Concelho e na Sala de Reuniões, à hora designada
reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do
Excelentíssimo Presidente, Senhor PAULO ALEXANDRE HOMEM DE OLIVEIRA
FONSECA, os Senhores Vereadores: LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO
COUTINHO DE ALBUQUERQUE, NAZARENO JOSÉ MENITRA DO CARMO
JOSÉ MANUEL DIAS POÇAS DAS NEVES, MARIA LUCÍLIA MARTINS VIEIRA
MARIA ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA e JOÃO PAULO
PINA REBELO, comigo Clarisse Isabel Pereira Neves, Chefe da Divisão de
Atendimento ao Munícipe e Ativos Humanos
OOXXXOO
000
ABERTURA DA REUNIÃO
O SENHOR PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E
FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM
DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º
75/2013, DE 12 DE SETEMBRO
OOXXXOO
000
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
Nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Senho i
Presidente tomou a palavra para dar conhecimento do seguinte:
■ Da sua deslocação a Altötting – Alemanha, nos dias 16, 17 e 18 do corrente
mês, a fim de participar na cerimónia de assinatura de protocolo de geminação
entre aquele Município e o Município de Mariazell – Áustria, conforme
informação n.º 18/16, datada de 15 de julho em curso, do Chefe de Gabinete de
Apoio à Presidência
A CÂMARA TOMOU CONHECIMENTO

Da sua deslocação a Santiago de Compostela – Espanha, nos dias 24 e 25 do corrente mês, a fim de participar em reunião de trabalho com vista à criação de

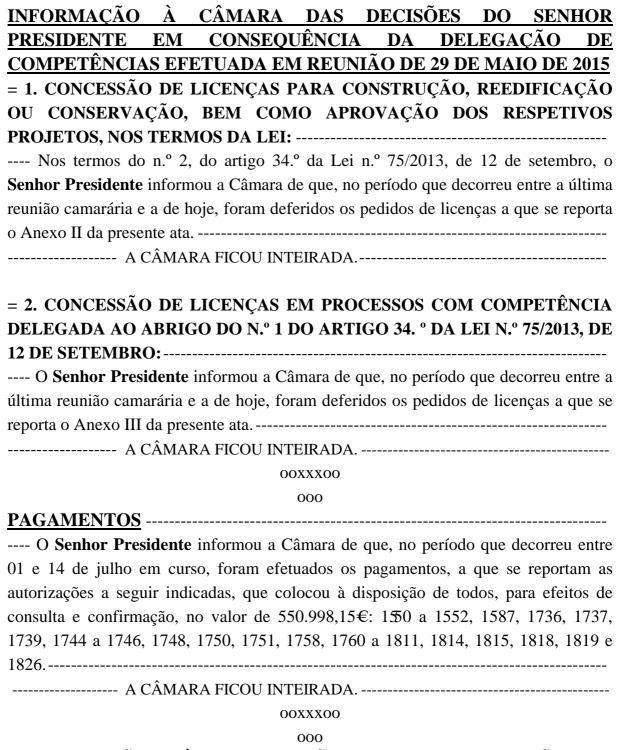






OOXXXOO

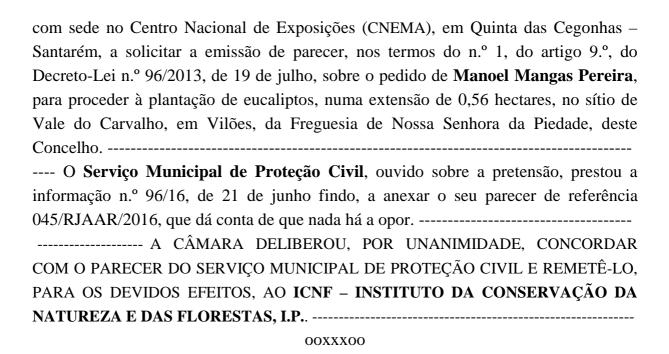
000



<u>AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE)ARBORIZAÇÃO</u> -----

---- Relativamente ao assunto referido em título, foi apresentada a carta registada sob o n.º 17.301/2016, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.,





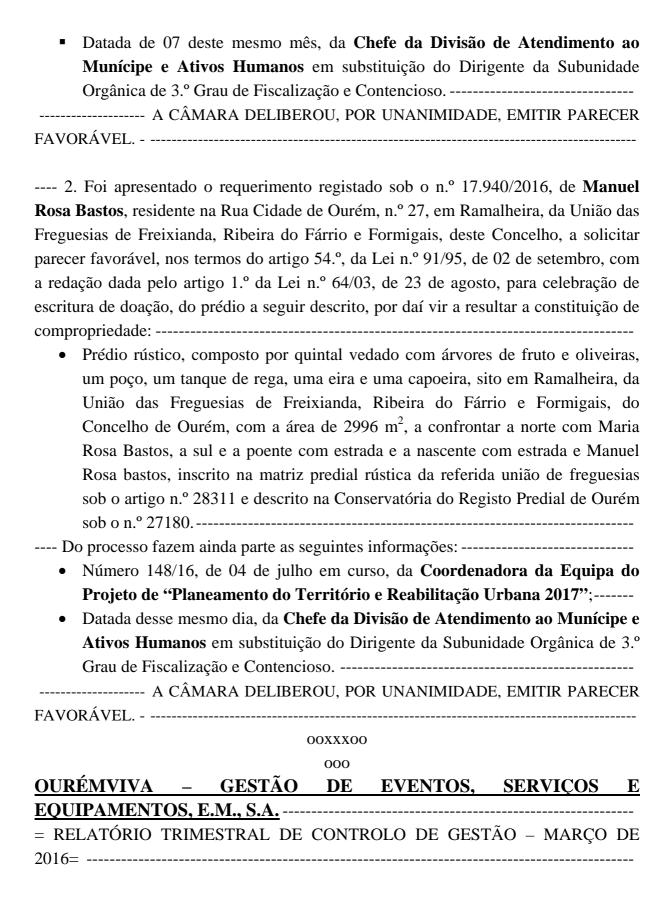
AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE COMPARTES (LEI N.º 91/95, DE 2 DE SETEMBRO)

000

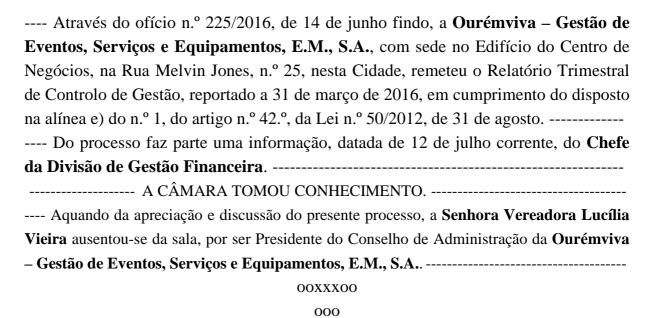
---- O processo encontra-se instruído com as seguintes informações:-----

Número 150/16, de 06 do corrente mês, da Coordenadora da Equipa do Projeto de "Planeamento do Território e Reabilitação Urbana 2017";-----



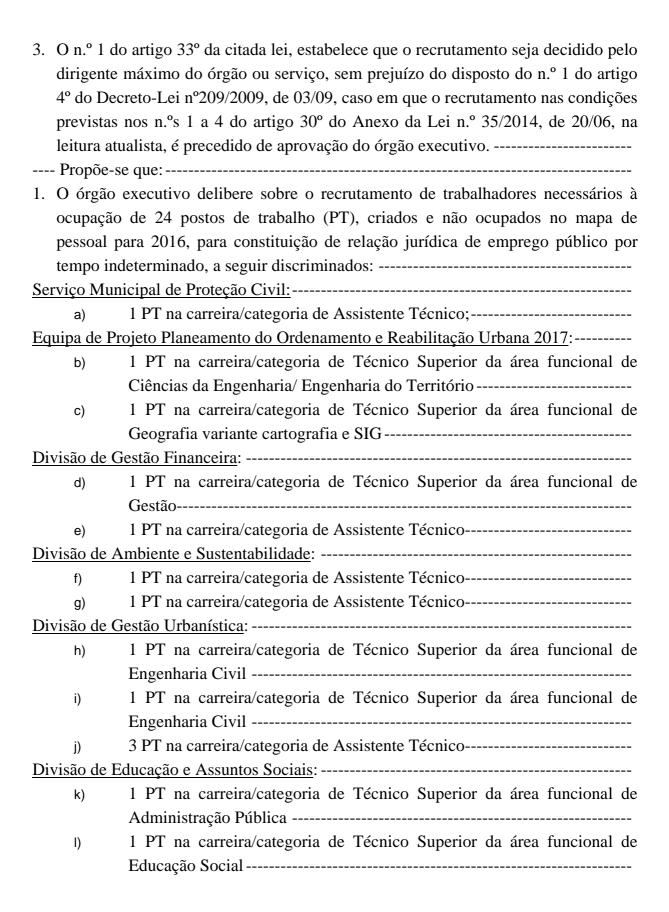






ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS COMUNS PARA OCUPAÇÃO DE 24 POSTOS DE TRABALHO DISTRIBUÍDOS PELAS CATEGORIAS DE TÉCNICO SUPERIOR E ASSISTENTE TÉCNICO, DESTINADOS À CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO -------

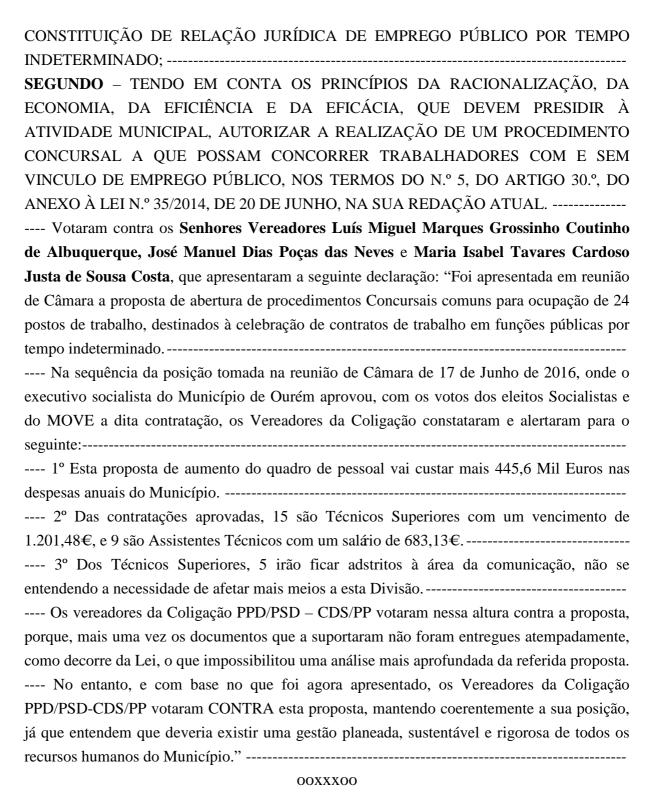
- ---- Foi apresentada a proposta n.º 12/2016, datada de 12 do corrente mês, do **Senhor Vice-Presidente**, à data, que a seguir se reproduz na íntegra: "Considerando que:-----
- 1. A 1º alteração ao mapa de pessoal para 2016, foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de 29 de junho de 2016, contendo 24 postos de trabalho, a prover em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, necessários para o cumprimento das atividades constantes da descrição dos respetivos postos de trabalho;------





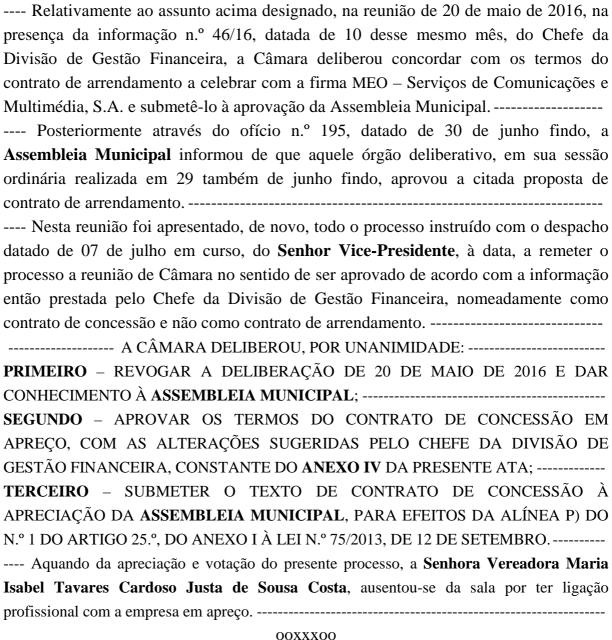
m)	1 PT na carreira/categoria de Técnico Superior da área funcional de
	Serviço Social
n)	1 PT na carreira/categoria de Assistente Técnico
<u>Divisão de</u>	Ação Cultural:
o)	1 PT na carreira/categoria de Técnico Superior da área funcional de
	Conservação e Restauro/Vertente de Arqueologia e da Paisagem
p)	1 PT na carreira/categoria de Assistente Técnico
Subunidade	e Orgânica de 3º Grau Relações Institucionais e Comunicação:
q)	1 PT na carreira/categoria de Técnico Superior da área funcional de
	Comunicação Social e Educação Multimédia
r)	1 PT na carreira/categoria de Técnico Superior da área funcional de
	Design Gráfico e Multimédia
s)	1 PT na carreira/categoria de Técnico Superior da área funcional de
	Design Industrial
t)	1 PT na carreira/categoria de Técnico Superior da área funcional de
	Relações Públicas e Comunicação Empresarial
u)	1 PT na carreira/categoria de Técnico Superior da área funcional de
	Educação e Comunicação Multimédia
Subunidade	e Orgânica de 3º Grau Licenciamentos Não Urbanísticos:
v)	1 PT na carreira/categoria de Técnico Superior da área funcional de
	Administração Pública
2. O ó	rgão executivo delibere, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 9º do
Decreto-Le	i nº209/2009, de 3/09 e para os efeitos previstos nos n.ºs 3 a 5 do artigo 30º
da Lei nº 3	5/2014, de 20/06 (LTFP), que, em caso de impossibilidade de ocupação de
todos ou al	guns postos de trabalho por aplicação das regras do n.º 3, do supracitado
artigo 30° o	da LTFP – trabalhadores detentores de relação jurídica de emprego público
por tempo	indeterminado previamente estabelecida – a possibilidade de se proceder ao
recrutamen	to de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo
determinad	o ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente
estabelecid	a, tendo em conta os princípios da racionalização, de economia, de
eficiência e	de eficácia que devem presidir à atividade municipal."
	A CÂMARA DELIBEROU, POR MAIORIA ABSOLUTA:
PRIMEIRO	O – AUTORIZAR A ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL
COMUM, I	PARA OCUPAÇÃO DOS 24 POSTOS DE TRABALHO REFERENCIADOS,
CDIADOS	E NÃO OCUPADOS NO MAPA DE PESSOAL PARA 2016 PARA





MEO – SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A. ------= PROPOSTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO DE PARCELA DE TERRENO SITA NA AVENIDA D. JOSÉ ALVES CORREIA DA SILVA – FÁTIMA = -------





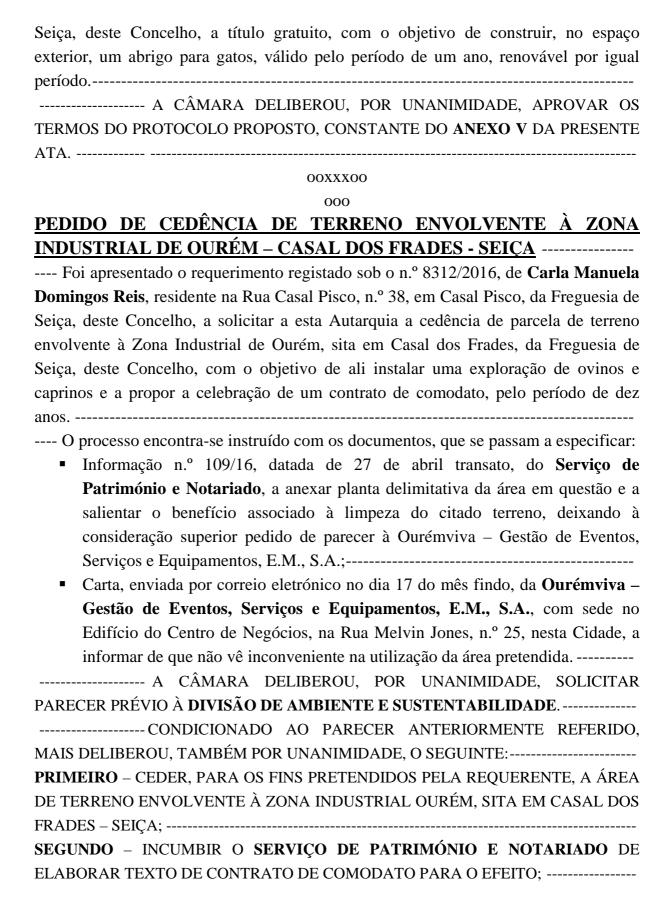
JXXXOO

000

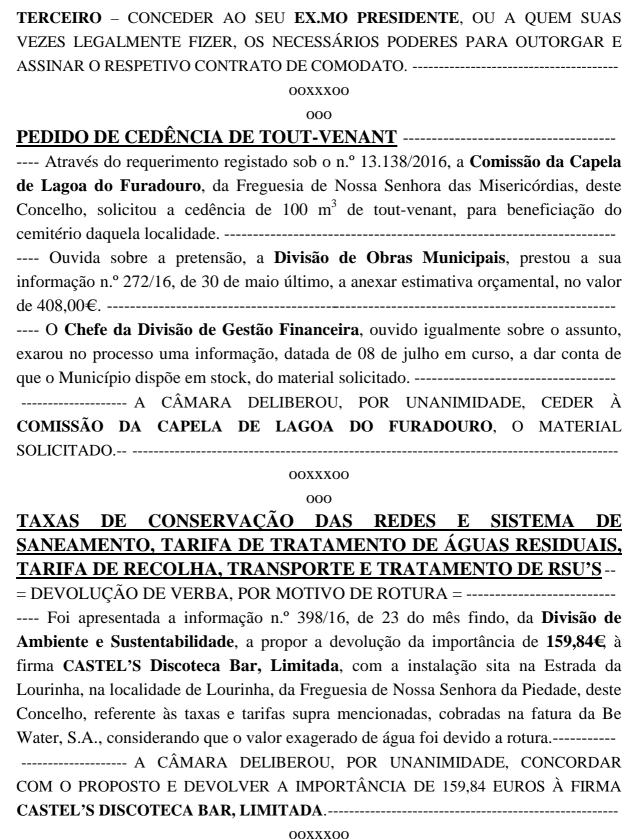
CEDÊNCIA DAS INSTALAÇÕES DO ANTIGO JARDIM DE INFÂNCIA DE TACOARIA – FREGUESIA DE SEIÇA ------

= PROPOSTA DE PROTOCOLO = ------

---- O **Serviço de Património e Notariado**, através da informação n.º 128/16, de 24 de junho findo, colocou à consideração superior proposta de texto de protocolo a celebrar com a **Casota Comunitária – Associação de Proteção dos Animais Errantes de Ourém** (sedeada no Bairro 25 de Setembro, n.º 18, 1.º andar direito, nesta Cidade), com vista à cedência do antigo Jardim de Infância, sito em Tacoaria, da Freguesia de





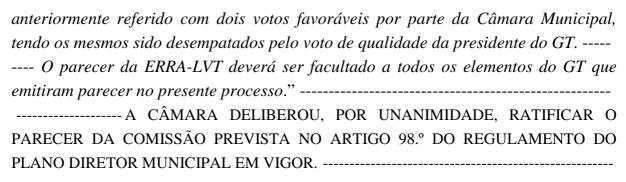




LICENCIAMENTOS DE OBRAS PARTICULARES-----

---- 1. No âmbito do processo registado sob o n.º 130/2011, de AGOSTINHO DOS SANTOS PEREIRA, residente na Rua Central, n.º 66, na localidade de Ninho d' Águia, da União das Freguesias de Matas e Cercal, deste Concelho, referente à legalização das obras de ampliação e alteração de um pavilhão destinado a oficina de automóveis, que possui na referida localidade, na reunião de 02 de outubro de 2015, a Câmara deliberou submeter o processo a apreciação da comissão prevista no artigo 98.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Ourém, vigor. --------- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, instruído com a informação n.º 69/16, de 16 de junho findo, da Divisão de Gestão Urbanística, que integra o parecer da citada Comissão, que se transcreve: "O representante da DRAP-LVT refere que o requerente deverá solicitar junto da ERRA-LVT o parecer sobre a utilização de solos em RAN, mais informa que a documentação necessária poderá ser consultada no 'site' de 'internet' da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo. ---------- O representante da CCDR-LVT obteve esclarecimento da Câmara Municipal de que todas as construções a regularizar são anteriores à entrada em vigor do PDM e também de que não possui outros elementos fotográficos (além das fotografias aéreas de 1998 e 2004) comprovativos dessa situação. A área total da parcela possui solos classificados na RAN não sendo apresentado o parecer referente à sua inutilização, por esta razão a CCDR-LVT emite parecer desfavorável.--------- A Câmara Municipal, pelos elementos de que dispõe, é levada a concluir que todas as construções existentes foram edificadas antes da entrada em vigor do PDM. Por outro lado na mesma parcela existem quatro licenças de construção emitidas antes da entrada em vigor do Regime Jurídico da RAN (DL n.º 196/89, de 14/06), não tendo o espaço ocupado por estas sido desafetado da RAN na sua carta atualmente em vigor. A área edificada e licenciada é superior à que se encontra agora em regularização, conforme se pode confirmar nos elementos apresentados no processo. Tendo em conta que as construções a regularizar se encontram em RAN, a Câmara Municipal entende que deverá ser solicitado o parecer à ERRA-LVT, no sentido de permitir a sua desafetação, pelo que emite parecer favorável condicionado à apresentação desse parecer. ---------- A DRAP-LVT e a CCDR-LVT emitiram parecer desfavorável à pretensão, face aos argumentos acima apresentados. A Câmara Municipal emite parecer favorável condicionado à apresentação do parecer favorável da utilização de solos em RAN a emitir pela ERRA-LVT. Assim a decisão do GT é favorável condicionada ao

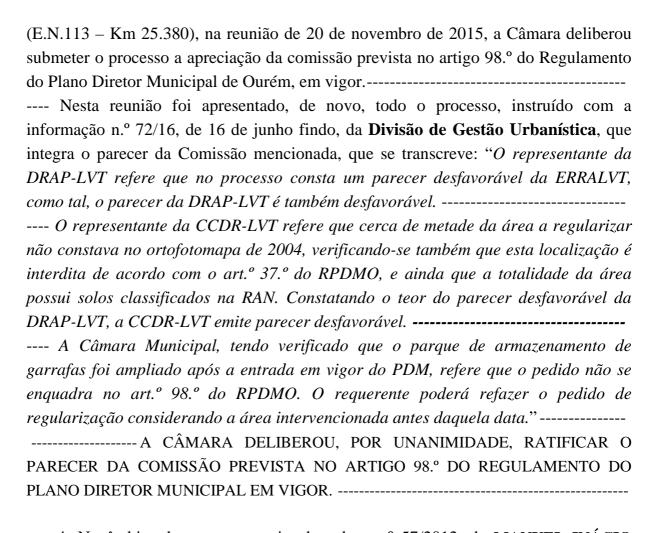




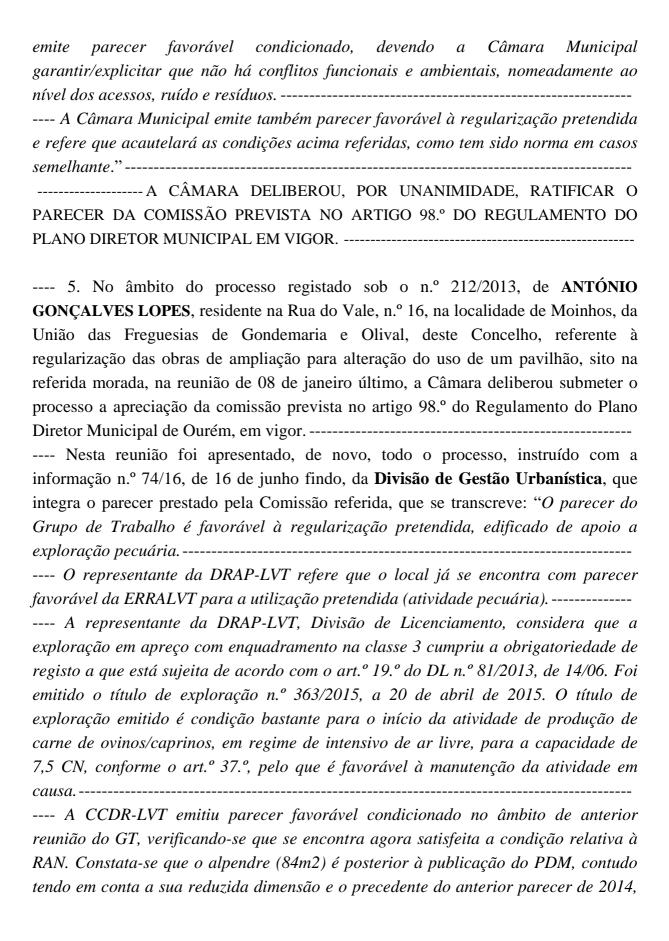
---- 2. Relativamente ao processo registado sob o n.º 266/2013, de JOÃO PEDRO ROSA DE OLIVEIRA e MARIA AURORA MATIAS REIS DE OLIVEIRA, residentes na Rua do Rosário, n.º 81, em Fátima, deste Concelho, referente à regularização das obras de ampliação de um anexo, que levaram a efeito na referida morada, na reunião de 30 de outubro de 2015, a Câmara deliberou submeter o processo a apreciação do grupo de trabalho referido no artigo 85.º-A, do Plano de Urbanização de Fátima.--------- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, instruído com a informação n.º 71/16, de 16 de junho findo, da Divisão de Gestão Urbanística, que integra o parecer prestado pelo grupo de trabalho supra mencionado, que se transcreve: "O representante da CCDR-LVT confirmou que a Câmara Municipal apenas dispõe de ortofomapas de 1998 e 2004, verificando que a construção que se pretende regularizar, localizada a tardoz, já constava de ambos. Atentos os antecedentes de licenciamento e consolidação funcional e territorial da atividade, não obstante a incompatibilidade do uso face ao PU de Fátima, a CCDR-LVT emite parecer favorável condicionado, devendo a Câmara Municipal garantir/explicitar que não há conflitos funcionais e ambientais, nomeadamente ao nível dos acessos, ruído e resíduos.--------- A Câmara Municipal emite também parecer favorável à regularização pretendida e refere que acautelará as condições acima referidas, como tem sido norma em casos semelhantes."----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, RATIFICAR O PARECER DO GRUPO DE TRABALHO PREVISTO NO ARTIGO 85.º-A, DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE FÁTIMA.-----

---- 3. No âmbito do processo registado sob o n.º 2801/2009, de **ADELINO PEREIRA DE OLIVEIRA HOMEM**, residente na localidade de Lagarinho, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, deste Concelho, referente à regularização das obras levadas a efeito no parque de armazenamento de garrafas de gás, sito na referida morada

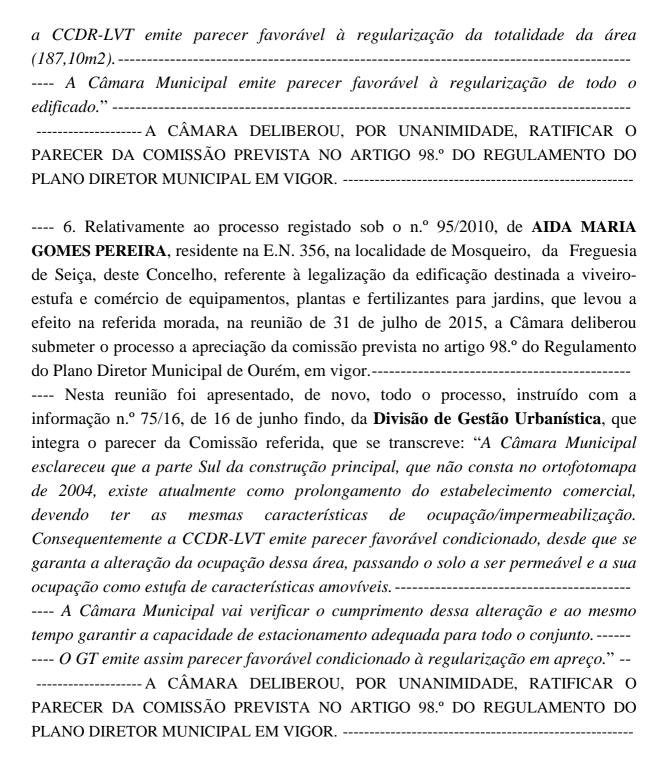






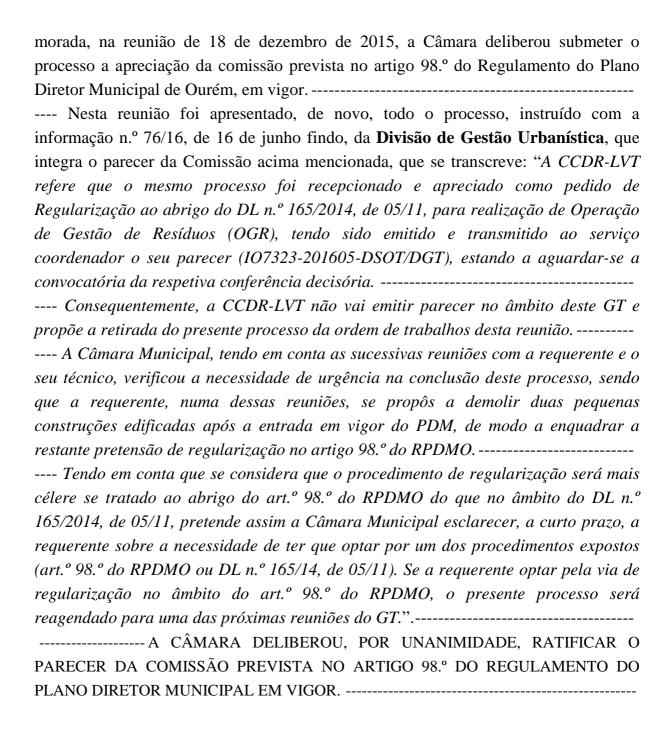




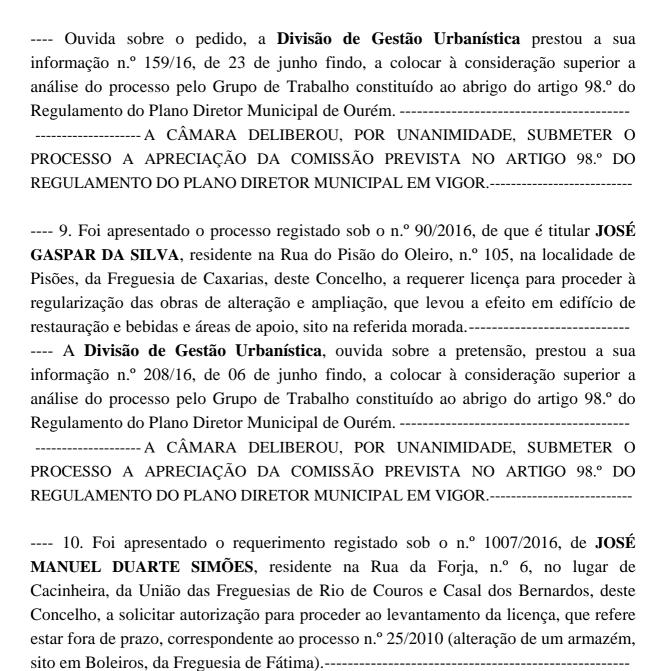


---- 7. No âmbito do processo registado sob o n.º 112/2015, da firma OURIPEÇAS – Comercialização de Peças de Automóveis, Limitada, com sede na Estrada Nacional 113, n.º 62, em Lagarinho, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, deste Concelho, referente à alteração e ampliação de edifício, destinado a desmantelamento de veículos em fim de vida, armazém e venda a retalho de peças para reutilização, sito na referida





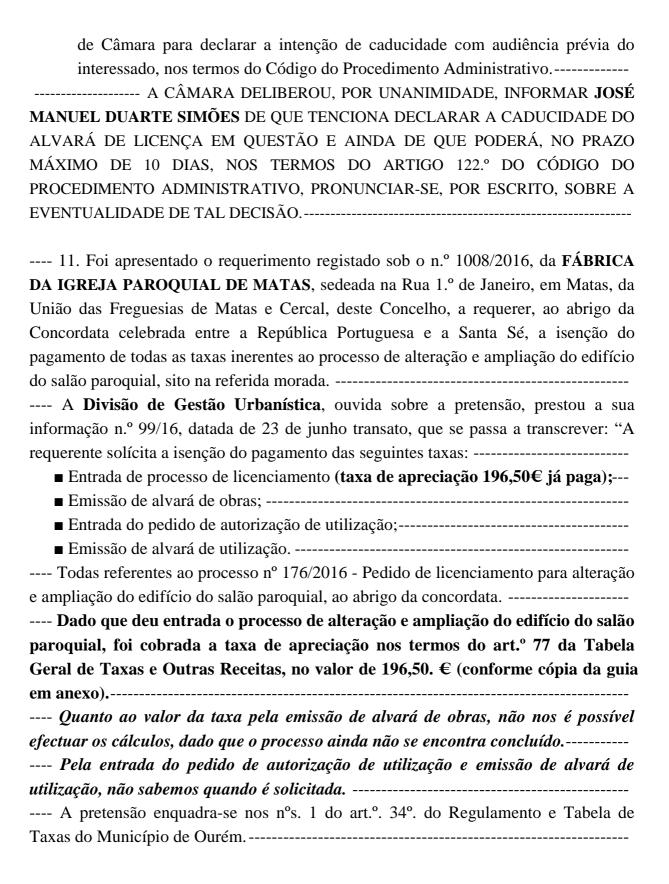




---- O processo encontra-se instruído com as informações, que se passam a especificar:

Datada de 01 do mês que decorre, da Chefe da Divisão de Gestão
 Urbanística, a colocar à consideração superior a remessa do processo à reunião

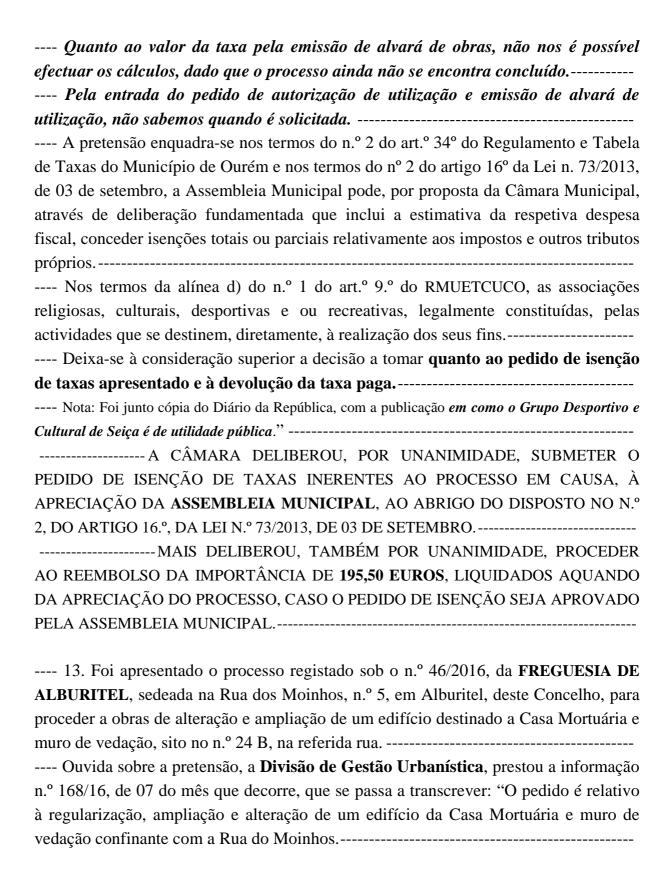


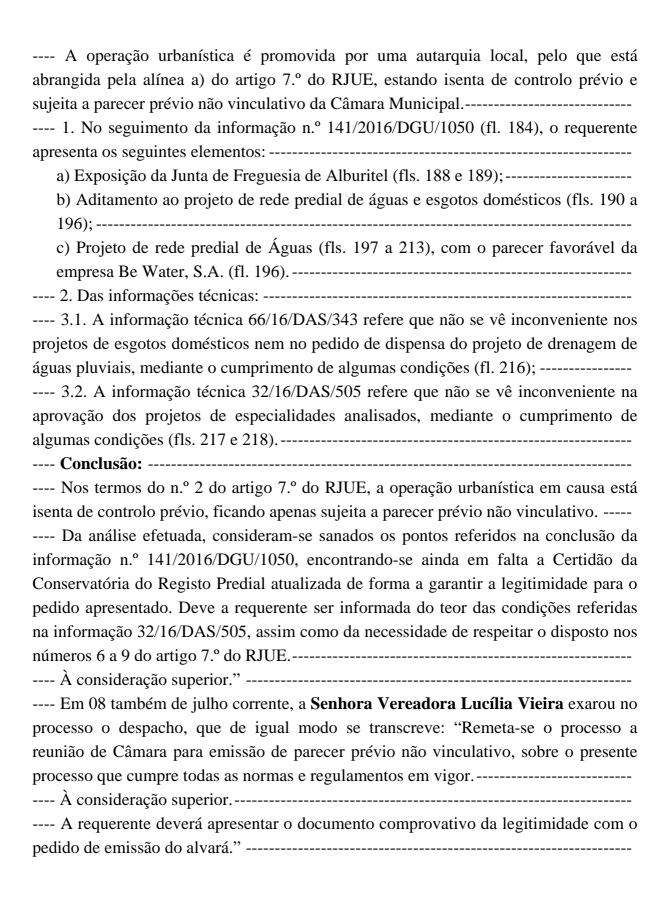




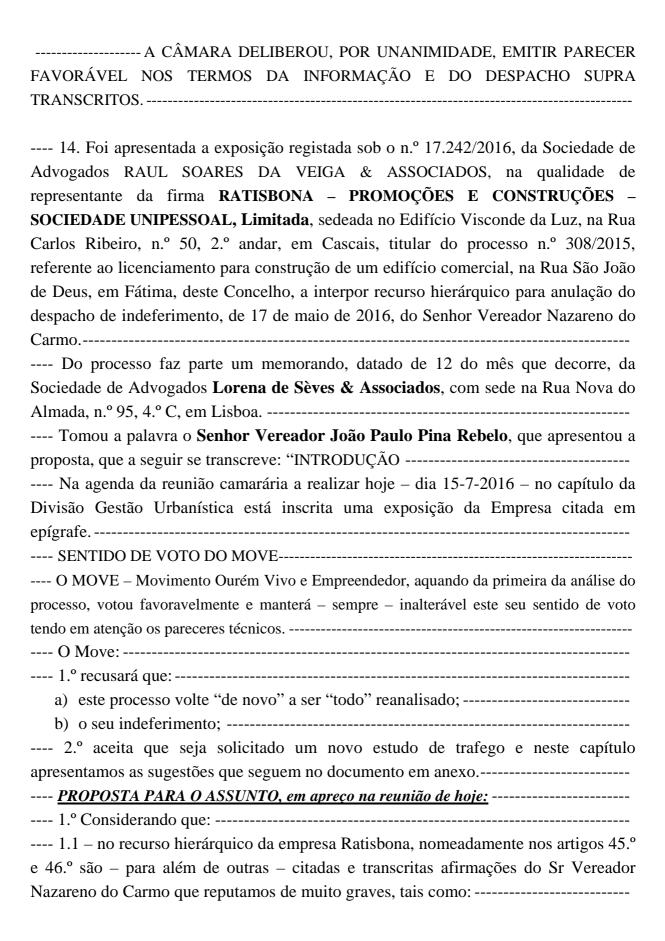
Nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 9.º do RMUETCUCO, as associações
religiosas, culturais, desportivas e ou recreativas, legalmente constituídas, pelas
actividades que se destinem, diretamente, à realização dos seus fins
Deixa-se à consideração superior a decisão a tomar quanto ao pedido de isenção
de taxas apresentado e à devolução da taxa paga."
Em 29 também de junho findo, a Senhora Vereadora Lucília Vieira exarou no
processo, o despacho que se passa a transcrever: "Nada tenho a opor devendo o
processo ser remetido a reunião de Câmara para deliberar proceder à isenção de taxas
relativas a este processo e proceder à devolução das taxas já pagas
À consideração superior."
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, ISENTAR A
FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE MATAS, DO PAGAMENTO DAS
RESPETIVAS TAXAS, AO ABRIGO DA CONCORDATA CELEBRADA ENTRE A
REPÚBLICA PORTUGUESA E A SANTA SÉ
MAIS DELIBEROU, TAMBÉM POR UNANIMIDADE, DEVOLVER-
LHE A IMPORTÂNCIA DE 195,50 EUROS (TAXA DE APRECIAÇÃO), LIQUIDADA
AQUANDO DA ENTRADA DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO
DESPORTIVO E CULTURAL DE SEIÇA , com sede na Estrada Nacional 113-1, n.º 36, em Seiça, deste Concelho, a requerer a isenção do pagamento das taxas inerentes ao processo n.º 193/2016 (licenciamento de um Campo de Futebol), sito na referida morada
A Divisão de Gestão Urbanística , ouvida sobre a pretensão, prestou a sua
informação n.º 98/16, datada de 23 de junho transato, que se passa a transcrever: "A
requerente solícita a isenção do pagamento das seguintes taxas:
■ Entrada de processo de licenciamento (taxa de apreciação 196,50€ já paga);
■ Emissão de alvará de obras;
■ Entrada do pedido de autorização de utilização;
■ Emissão de alvará de utilização
Todas referentes ao processo nº 193/2016 - Pedido de licenciamento para
remodelação do Campo de Futebol
Dado que deu entrada o processo de remodelação do Campo de Futebol, foi
cobrada a taxa de apreciação nos termos do art.º 77 da Tabela Geral de Taxas e
Outras Receitas, no valor de 196,50. € (conforme cópia da guia em anexo)

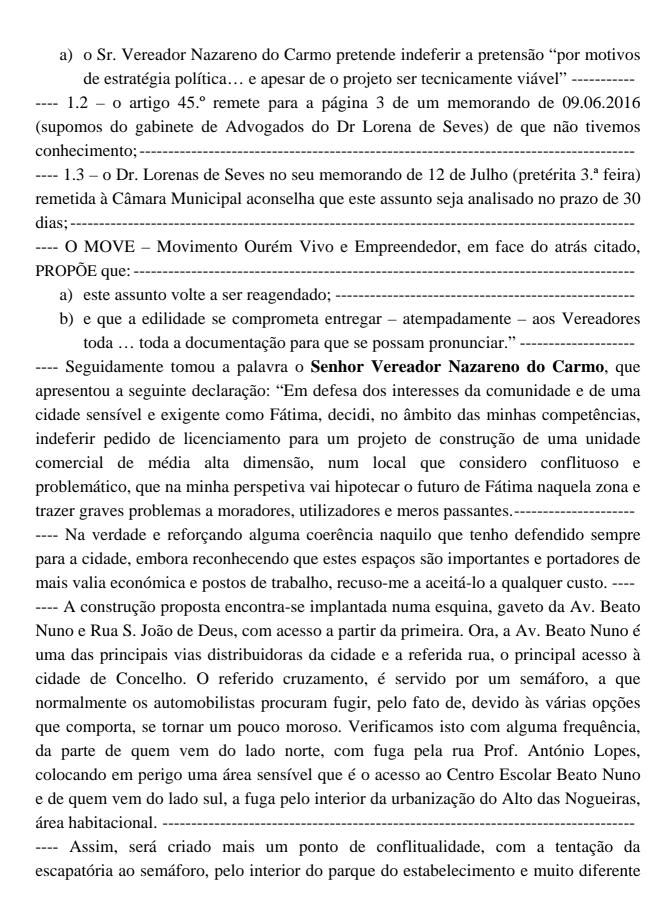












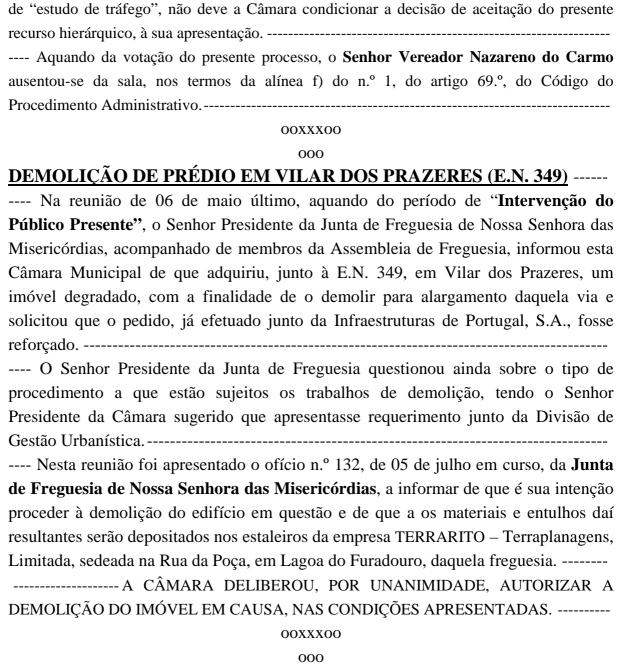


é quem anda na busca de um lugar para estacionar, ou quem vai de passagem à pressa, (para dar o golpe), colocando em perigo os utilizadores do espaço comercial. --------- Penso pois, que estaremos a pôr em causa todo o tráfego nesta zona. Por outro lado, mesmo que se coloquem condicionantes, como proibir o acesso a quem vem do norte, para que não atravesse a Avenida, a tentação será sempre grande, como já acontece neste momento a quem vem do sul e corta à esquerda por cima do traço contínuo, para ir deixar os meninos ao Centro Catequético.--------- A entrada e saída considerada a tardoz, para uma via com um único acesso, para a Rua S. João de Deus, sem saída para o outro lado a não ser serviço a uma garagem particular do prédio, que irá criar engarrafamentos constantes é mais uma dificuldade acrescida no entroncamento desta com a S. João de Deus, especialmente para quem pretende entrar, vindo do lado de Ourém e para quem pretende sair para o lado da Avenida, com a dificuldade inerente à entrada na fila do semáforo. ---------- Concluo referindo, que mantenho a minha posição, uma vez que foi feito um recurso hierárquico, embora passe assim a competir ao executivo a decisão, uma vez que a confusão vai ser grande e existirão certamente outros locais mais indicados. --------- Também quero referir, que relativamente à cidade de Fátima temos que conferir dignidade e decidir com critério. Existe efetivamente um modelo de construção do ALDI com dignidade e qualidade urbanística, como o que se encontra em Cascais/Amoreira, não o modelo rural que está proposto neste caso. ---------- Assim expresso a minha posição, contra a aprovação deste projeto neste local, na defesa de Fátima, conforme despachos. --------- Informo no entanto todo o executivo, que o P.I.P. inicial, foi aprovado condicionado à entrega de um estudo de tráfego, que nunca foi concebido. ---------- A aprovar este projeto, o executivo irá assumir a plena responsabilidade, da qual eu me ilibo através desta declaração. --------- Em caso extremo, deverá ser exigida a execução de uma faixa de viragem obrigatória à direita, na Avenida Beato Nuno e no sentido sul/norte, inserida na parcela do empreendimento e com indicação "área comercial", numa extensão mínima de 50m, separada da via pública por traço contínuo. Traço contínuo na Avenida Beato Nuno, sentido sul/norte, antes do cruzamento, numa extensão aproximada de 100m. Na saída a tardoz, na confluência com a Rua S. João de Deus, sinal de proibição de virar à esquerda. Traço contínuo, na Rua de S. João de Deus, no sentido da chegada de Ourém, por forma a não permitir virar à esquerda. (ver planta anexa). --------- Penso que estes serão os requisitos mínimos. Ainda assim, continuo contra, por uma questão de princípio e por discordância conforme já referi, pois não estou



disposto a pactuar com uma situação de caos desta cidade, que ao longo dos curtos anos da sua existência tão mal tratada tem já sido do ponto de vista do urbanismo."--------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APÓS ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO POR REPRESENTANTE DA REQUERENTE, DEFERIR A PRETENSÃO COM CONSEQUENTE APROVAÇÃO DO PROJETO DE ARQUITETURA. ---- Os Senhores Vereadores Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque, José Manuel Dias Poças das Neves e Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa, apresentaram a seguinte declaração: "Foi presente à reunião camarária o recurso hierárquico apresentado pela empresa Ratisbona - Promoções e Construções - Sociedade Unipessoal, Lda, do ato administrativo proferido pelo Sr. Vereador Nazareno do Carmo, referente ao indeferimento de uma superfície comercial na Rua São João de Deus, em Fátima. ---- Depois de analisar as razões invocadas pela empresa na sua contestação ao indeferimento e ouvidas as alegações do Sr. Vereador Nazareno do Carmo sobre o assunto em discussão, nomeadamente sobre as razões que o levaram a alterar a posição inicial de aprovação do projeto (despacho de 22/01/2016), os Vereadores da Coligação votaram favoravelmente o recurso hierárquico apresentado, com a consequente anulação do despacho de indeferimento de 17 de Maio de 2016. ---------- Como decorre da Lei, o Sr. Vereador Nazareno do Carmo não pode votar este processo. ------ Os Vereadores da Coligação PPD/PSD-CDS/PP, recomendaram ainda, tendo em conta o local previsto para a implantação da superfície comercial, que seja efetuado um novo estudo de tráfego, com os contributos do Departamento Técnico do Município, de forma a minimizar os possíveis congestionamentos nas vias envolventes, criando uma solução eficaz para o trânsito local."----------- A CÂMARA DELIBEROU AINDA, POR MAIORIA ABSOLUTA, QUE A DECISÃO DE DEFERIMENTO DO CITADO PEDIDO DE RECURSO, FICA CONDICIONADA À INCLUSÃO DE PROJETO DE ARRANJOS EXTERIORES – EM SEDE DE ESPECIALIDADES – COMPATÍVEL COM A LOCALIZAÇÃO, A APROVAR POSTERIORMENTE POR ESTE ÓRGÃO EXECUTIVO, SUGERINDO QUE A ARQUITETURA A INSTALAR SEJA MAIS MODERNA (EQUIVALENTE INSTALADA POR EXEMPLO EM CASCAIS/AMOREIRA), A FIM DE CONTRIBUIR PARA UM ENRIQUECIMENTO URBANÍSTICO DAQUELA CIDADE. --------- Votaram contra os Senhores Vereadores Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque, José Manuel Dias Poças das Neves e Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa, por entenderem que, apesar de não discordarem com a apresentação

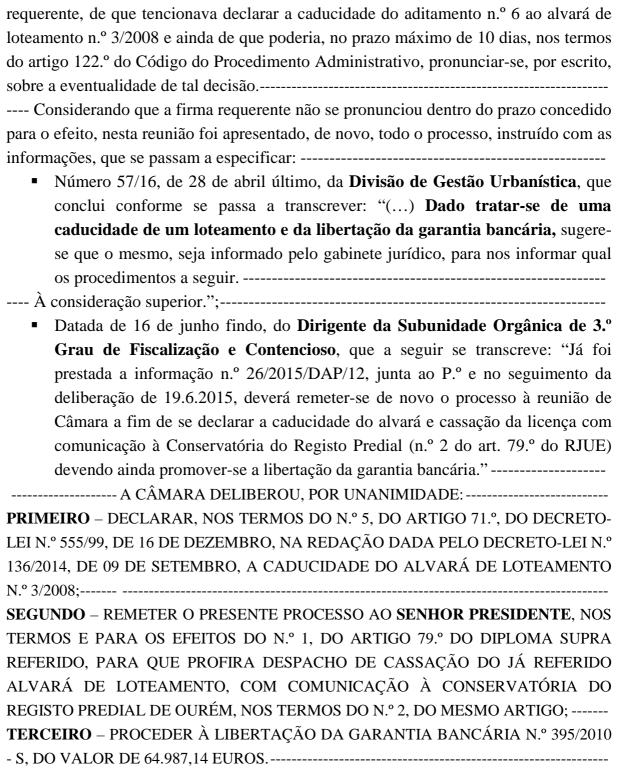




<u>LOTEAMENTO URBANO</u> -----

---- Relativamente ao requerimento registado sob o n.º 1088/2013, da firma CASA MOR – Compra e Venda de Imóveis, Limitada, com sede em Quinta da Sardinha, da Freguesia de Santa Catarina da Serra, do Concelho de Leiria, referente ao pedido de prorrogação de prazo, por seis meses, para início das obras de urbanização referentes ao processo n.º 1537/2011, correspondente ao aditamento n.º 6 ao alvará de loteamento n.º 3/2008, sito na Travessa Jacinta Marto, em Cova da Iria, da Freguesia de Fátima, deste Concelho, na reunião de 19 de junho de 2015, a Câmara deliberou informar a







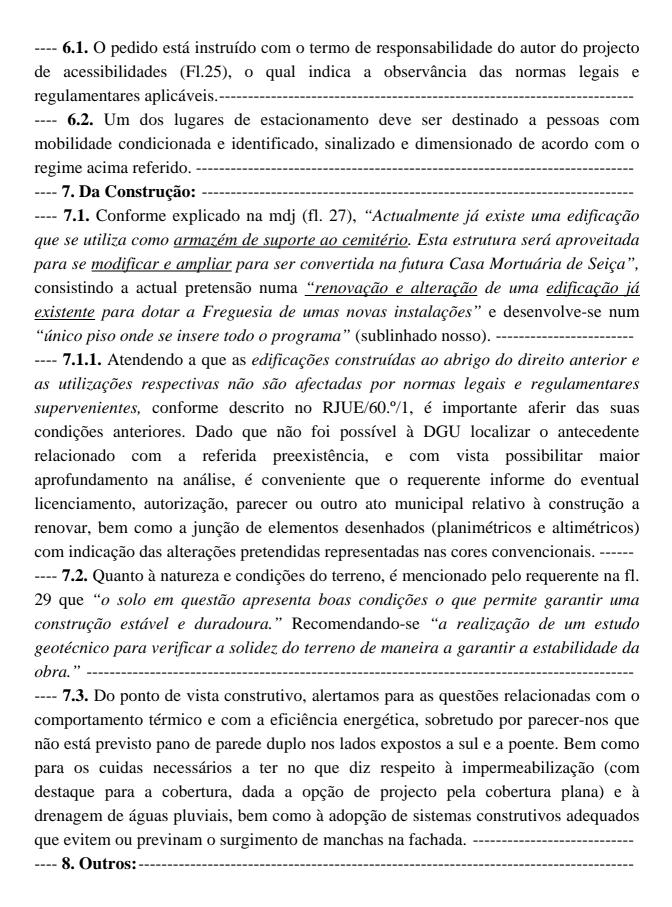
PEDIDO DE PARECER PRÉVIO NÃO VINCULATIVO -----

- ---- O processo encontra-se instruído com os documentos, que se passam a especificar:
 - Informação n.º 333/16, de 01 de julho em curso, da **Divisão de Obras** Municipais, que refere designadamente o seguinte: "(...) 4.1. Não obstante a referência concreta ao cumprimento do RGEU nos termos de responsabilidade dos autor e coordenador do projecto de arquitectura, e a menção efectuada na memória descritiva e justificativa (mdj) (fl. 28), donde se extrai: "Será importante dizer que as áreas de todos os espaços, foram estudados, incluindo a sua agradável funcionalidade, de modo a cumprir o Regulamento Geral das Edificações Urbanas.", verifica-se que, os vãos visíveis nos alçados sul e oeste não salvaguardam o disposto no art. 73.º do RGEU. A respeito deste aspecto é mencionado no processo que o requerente é proprietário de terrenos confinantes (fl.27) – ainda que não sejam apresentados documentos comprovativos dessa legitimidade -, designadamente o cemitério (fl.14). Adicionalmente, cumprenos referir que a construção a alterar já possui actualmente alguns vãos nos alçados Poente e Sul, conforme se pode verificar no registo fotográfico anexo (fotos 2 a 5), com disposições e dimensões diferentes dos que agora se propõem. -----

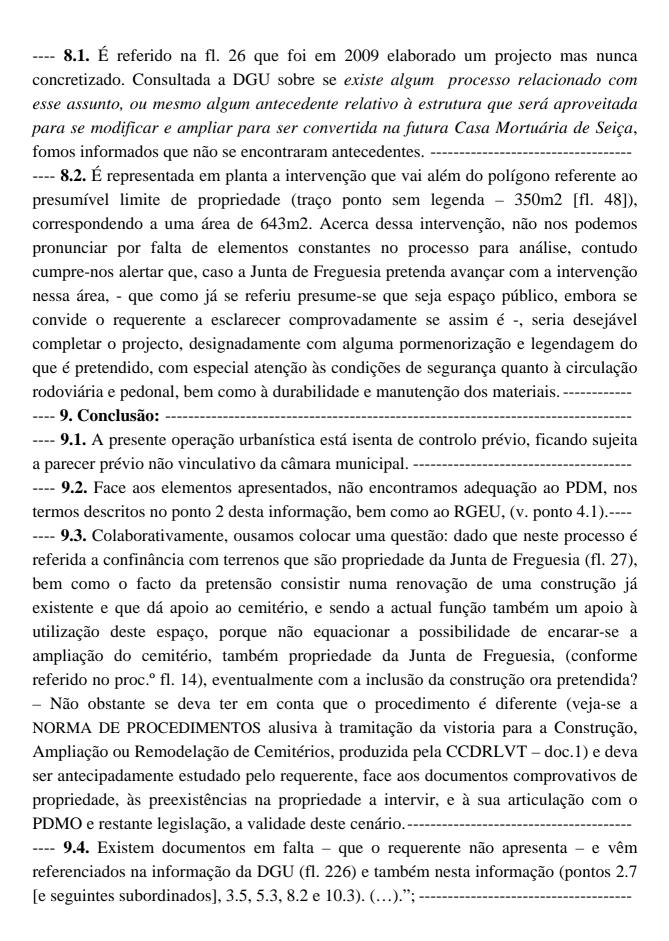
---- 5. Da Segurança contra Incêndio em Edifícios: -----

- ---- **5.1.** Foi junta ao processo a Ficha de Segurança Contra Incêndio (fl. 72 e seguintes) -----
- ---- **5.2.** Quanto a esta matéria, o técnico autor do projecto atesta, no termo de responsabilidade do projecto de arquitectura (fl.14, o cumprimento das normas e regulamentos aplicáveis nos termos constantes no DL224/2015, bem como faz referência ao mesmo facto na respectiva descrição apresentada (fl.34)------
- ---- **5.3.** Fazemos contudo notar que, salvo melhor opinião, em face da categoria de risco indicada (1ª) e da utilização tipo referida (VI), há medidas de autoprotecção a considerar, cf. art. 21.º do Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndios em Edifícios SCIE, (Registos de segurança e Procedimentos de prevenção), devendo o processo ter em conta este aspecto ------
- ---- 6. Do DL163/2006: -----

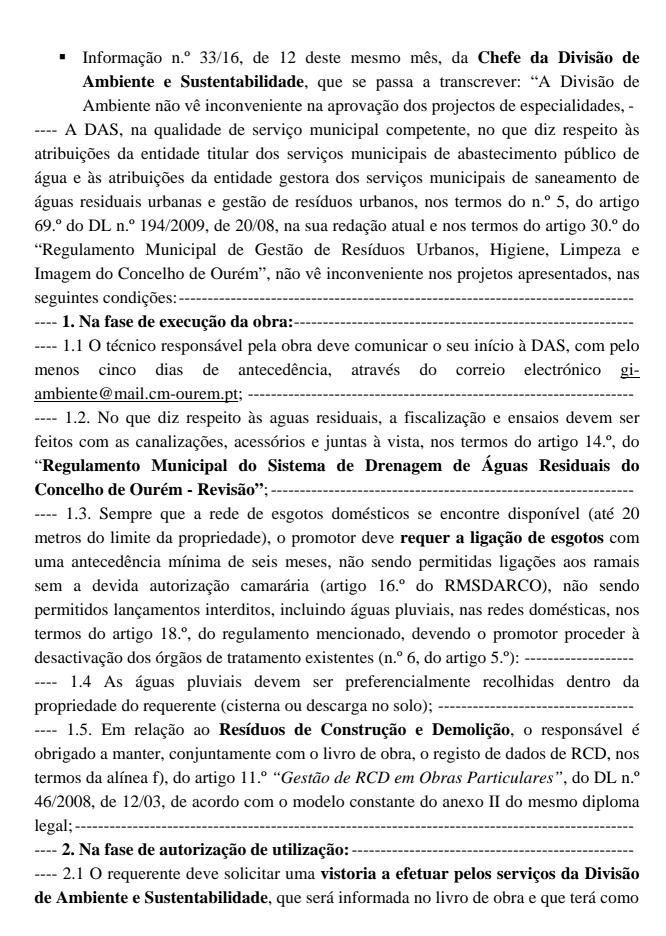




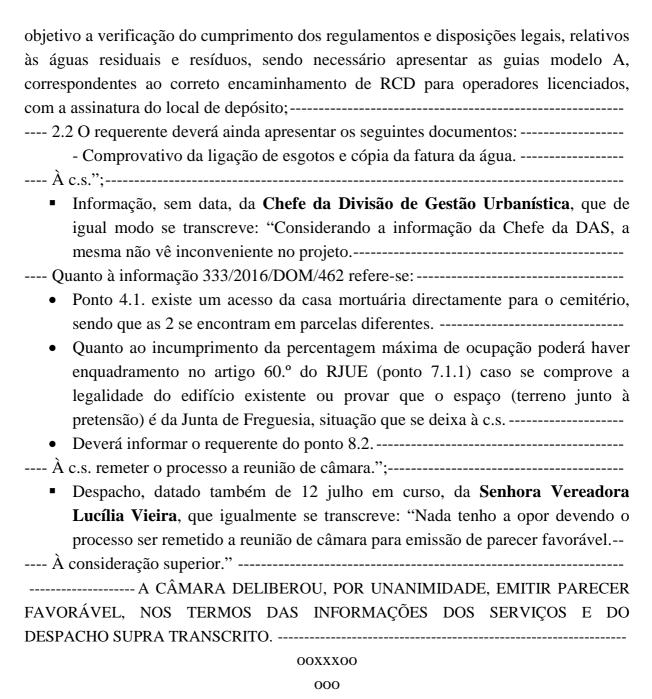












ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – 2016/2017 ----

---- Sobre o assunto indicado em epígrafe, foi apreciada a informação n.º 206/16, de 18 de maio transato, da **Divisão de Educação e Assuntos Sociais**, que se passa a transcrever: "Como é do conhecimento de Vª. Ex.ª desde o ano letivo 2005/2006 foi proposto pelo Ministério da Educação e implementado pelo Município o programa de generalização do ensino do Inglês do 1º CEB. No primeiro ano, foram proporcionadas aos alunos dos 3.º e 4.º anos as aulas de Ensino do Inglês, alargando-se essas atividades, nos dois anos seguintes a outras áreas propostas (Ensino da Música e



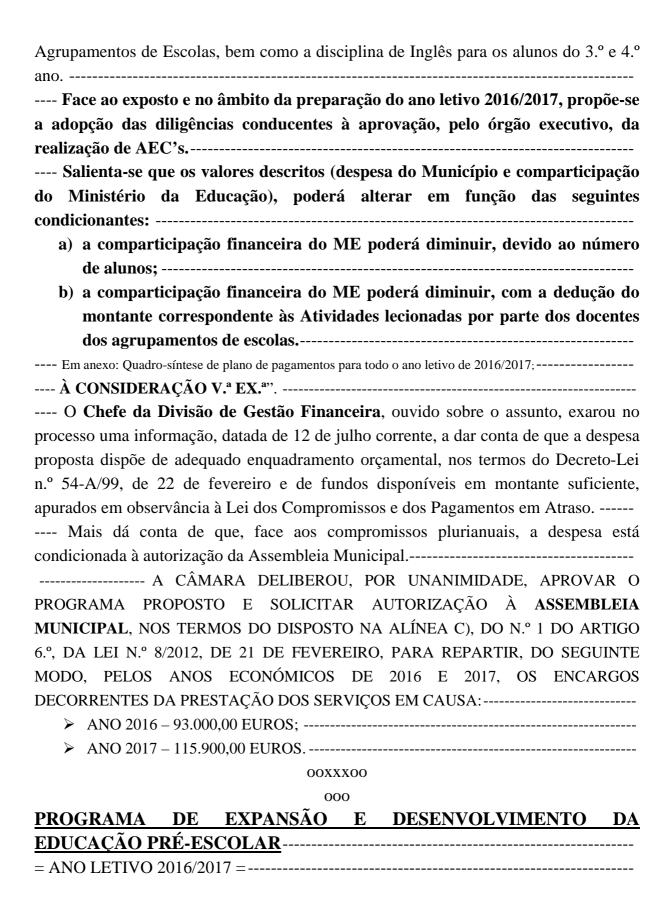
Atividade Física e Desportiva e a áreas alternativas possíveis como a Expressão Plástica e o Movimento e Drama), sempre em articulação estreita com os agrupamentos de escolas e com outras entidades prestadoras de serviços. ---------- A partir do ano letivo de 2008/2009 e até ao ano letivo 2012/13, as aulas incluíram a obrigatoriedade de Ensino de Inglês também para os 1.º e 2.º anos de escolaridade e, neste Município, foi introduzida a atividade de Animação Sócio-cultural, de forma a preencher duas horas semanais disponíveis, pelo facto de, em todas as outras atividades, ter sido reduzido o horário de 135 minutos para 90 minutos semanais, passando-se a designar-se Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC'S). ---------- Considerando as alterações ocorridas ao Despacho n.º 8683/2011, de 28 de junho pelos: Despacho normativo n.º 7/2013, de 11 de junho, Despacho normativo n.º 7-A/2013, de 10 de julho, Despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de julho, verificaram-se algumas inovações: as AEC's, no caso de promoção por entidade exterior à escola não poderão exceder, em regra, 5 horas por semana; o valor máximo da comparticipação financeira anual é de 150,00€; quando o agrupamento de escolas dispuser de recursos docentes de quadro para realização de uma ou mais AEC's, estes serão obrigatoriamente afetos às AEC's das entidades promotoras, mediante protocolo e com a entidade promotora, havendo lugar à devolução do montante correspondente, à disponibilização dos referidos recursos humanos no valor a transferir para a entidade promotora em termos a contar do respetivo contrato-programa. --------- Auscultados os Agrupamentos de Escolas, sobre as alterações legislativas para o ano letivo 2013/2014, todos foram favoráveis à implementação das AEC's na tipologia prevista na alínea b) do n.º 1 do art.º 10º do Despacho n.º 9 265-B/2013, de 15 de julho, ou seja, a Câmara Municipal é a entidade promotora e, por força do nº 3 deste art.º, com recurso a docentes do próprio Agrupamento; quanto à distribuição de minutos/atividades: o Agrupamento de Escolas de Ourém optou por 120 minutos de Atividades Físicas e Desportivas, 60 minutos de Animação Sócio-Cultural, 60 minutos do ensino/aprendizagem da Língua Inglesa e 60 minutos do ensino/aprendizagem da música; os agrupamentos de Escolas de Ourém e Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão optaram por 60 minutos de Atividades Físicas e Desportivas, 60 minutos de Animação Sócio-Cultural, 90 minutos do ensino/aprendizagem da Língua Inglesa e 90 minutos do ensino/aprendizagem da música.--------- De acordo com o disposto com o decreto-lei n.º 176/2014 de 12 de dezembro, "a disciplina de Inglês inicia-se, obrigatoriamente, no 3º ano de escolaridade" (...) "a partir do ano letivo 2015/16" (...) "e a partir do ano letivo de 2016-2017, no que respeita ao ano 4.º ano de escolaridade do ensino básico"..-----



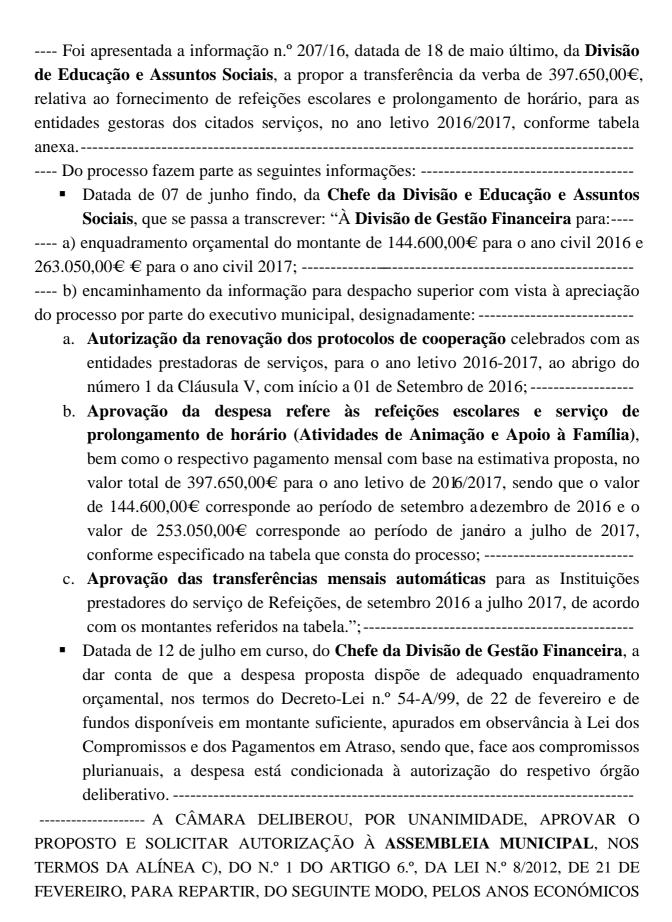
Entidade	NIPC
Município de Ourém	501280740
Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão	600079163
Agrupamento de Escolas de Ourém	600082881
Agrupamento de Escolas Conde de Ourém	600042693
INSIGNARE - Associação de Ensino e Formação	502964685
Ourearte - Escola de Música e Artes de Ourém	506518604
Associação - Conservatório de Música de Ourém - Fátima	506217531

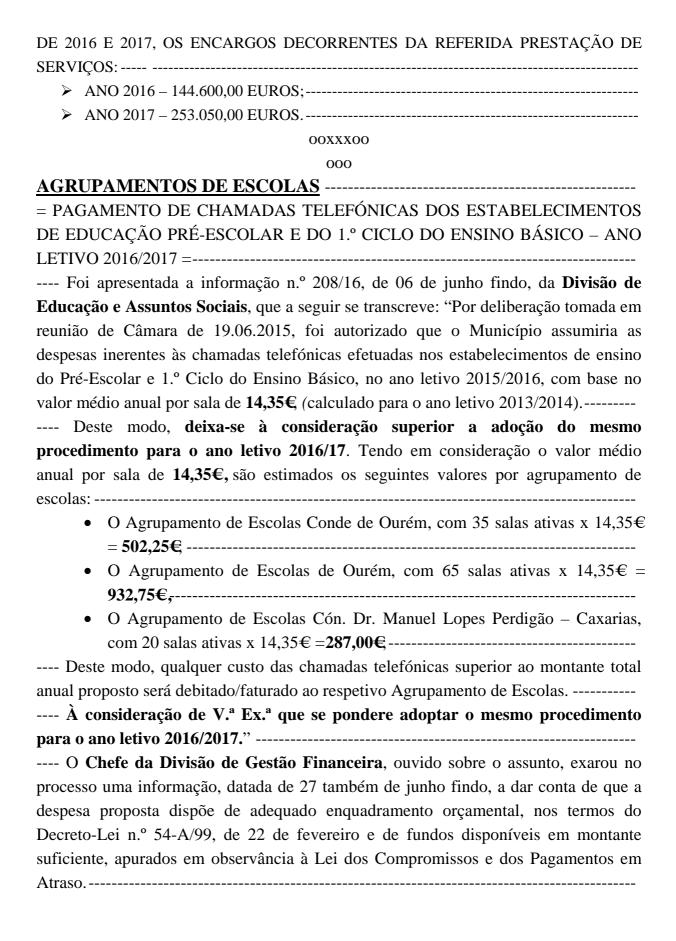
Actividade	Valores
Ensino do Inglês (60 minutos/semana)	700,00 €
Ensino do Inglês (120 minutos/semana)	1.400,00 €
Atividade Física e Desportiva (60 minutos/semana)	700,00 €
Atividade Física e Desportiva (120 minutos/semana)	1.400,00 €
Ensino da Música (60 minutos/semana)	700,00 €
Animação Sócio-cultural (60 minutos/semana)	450,00 €
Animação Sócio-cultural (90 minutos/semana)	900,00 €

---- Conforme consta no anexo I, prevê-se que a despesa referente às AEC's para o ano letivo 2016/2017 seja de 208.900,00€. No que se re€re à comparticipação financeira do ME o Município poderá vir a receber uma comparticipação de 212.100,00€, valor ao qual será deduzido o montante referente às atividades lecionadas por docentes dos











------ A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PROCEDIMENTO PROPOSTO NA INFORMAÇÃO DA **DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS** SUPRA TRANSCRITA. ------

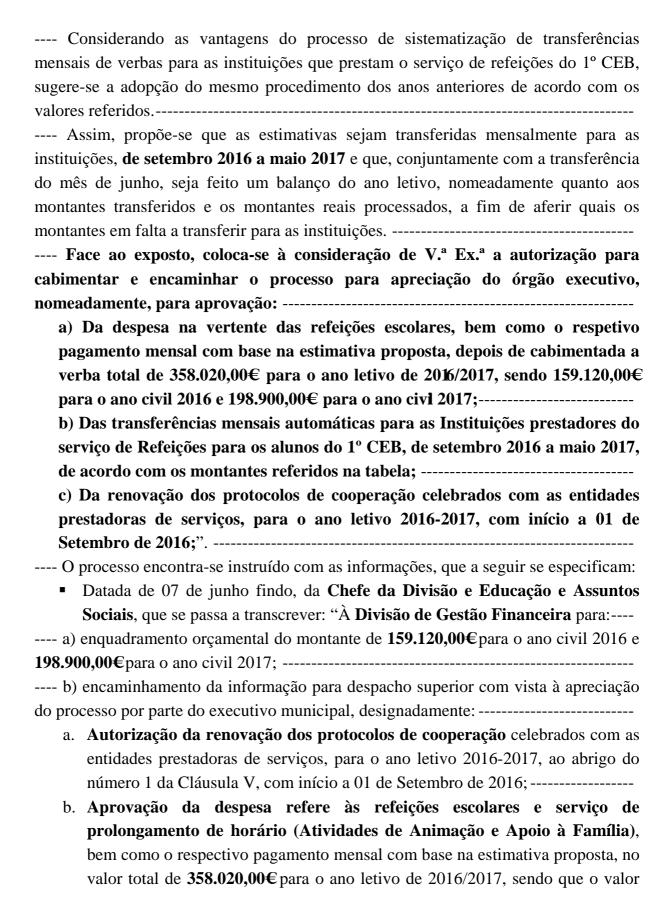
OOXXXOO

000

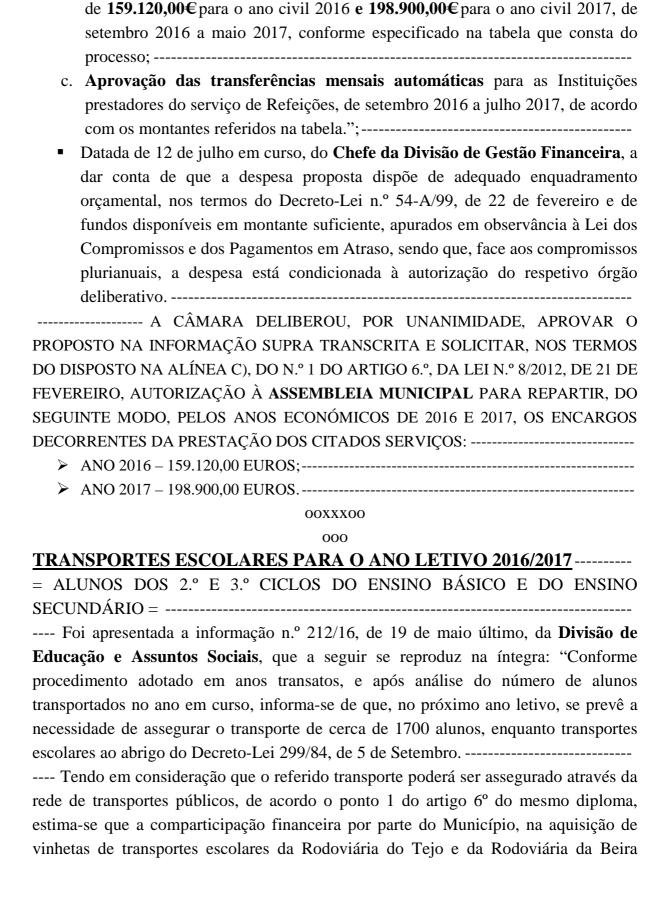
PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DE REFEIÇÕES AOS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO – ANO LETIVO 2016/2017 ------

Entidade Gestora	Valor mensal a transferir para a	Valor estimado a transferir de setembro a	Valor estimado a transferir de janeiro a maio	Valor estimado a transferir ano
	instituição	dezembro 2016	2017	letivo 2016_17
Assoc. Centro Dia Freguesia de Fátima	2.300,00 €	9.200,00 €	11.500,00 €	20.700,00€
Assoc. de Pais de Urqueira Norte	800,00 €	3.200,00 €	4.000,00 €	7.200, 0 €
Centro Social de Casal dos Bernardos	850,00 €	3.400,00 €	4.250,00 €	7.650, 0 €
Assoc. de Pais de Rio de Couros	1.050,00 €	4.200,00 €	5.250,00 €	9.450, 0 €
APAJE Fátima	12.000,00 €	48.000,00 €	60.000,00 €	108.000,00 €
APDAF	4.275,00 €	17.100,00 €	21.375,00 €	38.475,00 €
Centro de Apoio Social do Olival	1.850,00 €	7.400,00 €	9.250,00 €	16.650,00€
Centro de Bem-Estar do Bairro	675,00 €	2.700,00 €	3.375,00 €	6.075, 0 €
Centro da 3ª Idade de Gondemaria	950,00 €	3.800,00 €	4.750,00 €	8.550, 0 €
Centro Des.Soc.e Cul. Cercal, Vales e				
Ninho	550,00 €	2.200,00 €	2.750,00 €	4.950, 0 €
Centro Social Par. da Freg. de Atouguia	2.150,00 €	8.600,00 €	10.750,00 €	19.350,00€
Centro S.P. Espirito Santo-Lagoa do Furadouro	2.200,00 €	8.800,00 €	11.000,00 €	19.800,00€
Centro Social P. S. João Baptista de				
Espite	650,00 €	2.600,00 €	3.250,00 €	5.850, 0 €
Jardim Infantil de Ourém	4.250,00 €	17.000,00 €	21.250,00 €	38.250,00 €
Centro Social das Matas	580,00 €	2.320,00 €	2.900,00 €	5.220, 0 €
Associação Cultural e Recreativa de				
Alburitel	1.750,00 €	7.000,00 €	8.750,00 €	15.750,00€
Obra Nossa Senhora da purificação	750,00 €	3.000,00 €	3.750,00 €	6.750, 0 €
Agrup. de Escolas de Ourém (EB 2º e 3º				
Ciclos de Freixianda)	2.150,00 €	8.600,00 €	10.750,00 €	19.350,00€
	39.780,00 €	159.120,00 €	198.900,00 €	358.020,00 €











Litoral, concessionárias de Transportes Públicos na área de residência dos alunos/estabelecimento de ensino, possa atingir os seguintes montantes com IVA à

taxa em vigor: -----

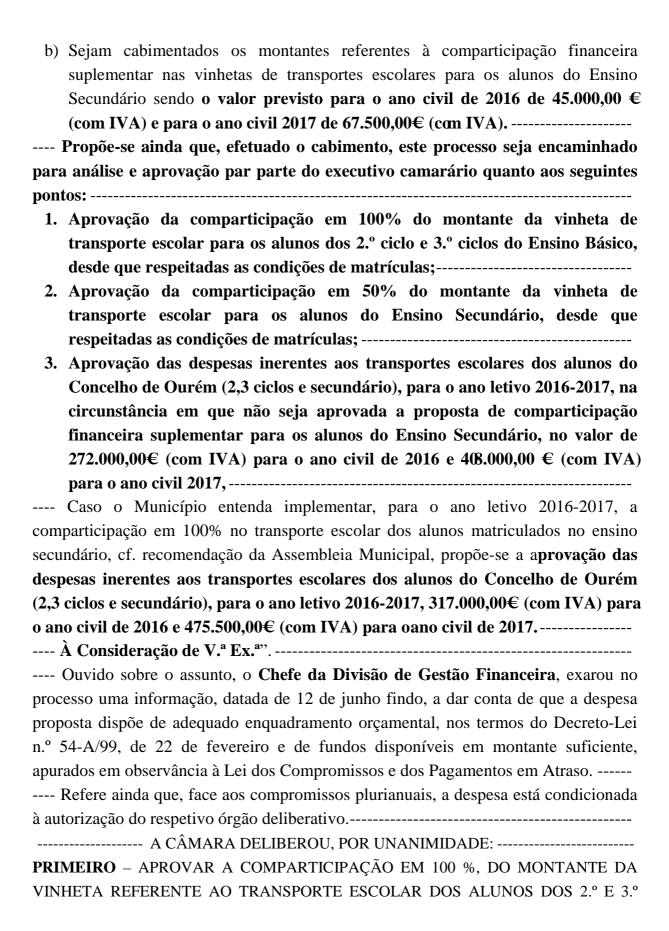
Entidade prestadora	Descrição	Valor estimado de custo mensal para Município	Montante despesas	Montante despesas
Rodoviária do Tejo	Comparticipação: 100% alunos 2.°CEB, 100% alunos 3.° CEB 50% alunos Ensino Secundário	65.000,00 €	260.000,00 €	390.000,00 €
Rodoviária da Beira Litoral	Comparticipação: 100% alunos 2.°CEB, 100% alunos 3.° CEB 50% alunos Ensino Secundário	3.000,00 €	12.000,00 €	18.000,00 €
Montante despesas ano lectivo 2016-2017			680.000,00 €	

---- Informa-se ainda que, caso o Município entenda implementar, para o ano letivo 2016-2017, a comparticipação em 100% no transporte escolar dos alunos matriculados no Ensino Secundário à semelhança do montante comparticipado pelo Programa Ocupacional Capital Humano (POCH) para os Cursos Profissionais, aplicando a recomendação da Assembleia Municipal de Ourém aprovada em reunião de 30 de novembro de 2015, estima-se que a comparticipação financeira suplementar a suportar pelo Município possa atingir os seguintes montantes com IVA à taxa em vigor: -------

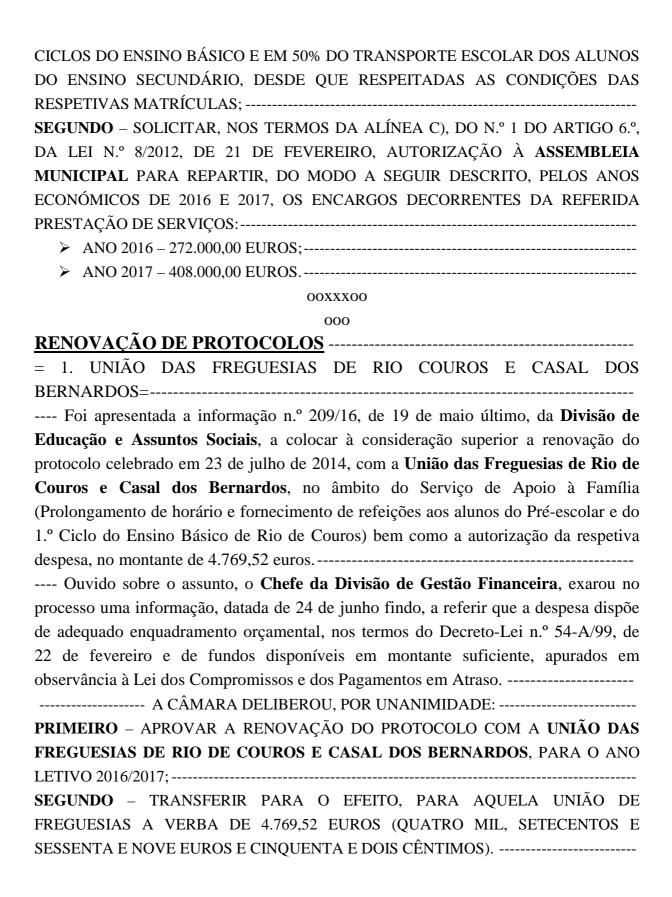
Entidade prestadora	Descrição	Valor estimado de custo mensal para Município	Montante despesas 2016	Montante despesas 2017
Rodoviária do Tejo	Comparticipação suplementar 50% Secundário	11.000,00 €	44.000,00 €	66.000,00 €
Rodoviária da Beira Litoral	Comparticipação suplementar 50% Secundário	250,00 €	1.000,00 €	1.500,00 €
Montante despesas ano lect suplementar	tivo 2016-2017 – compa	articipação	45.000,00€	67.500,00 €

- ---- A autarquia suportará ainda a emissão dos passes/cartões, sendo posteriormente ressarcida pelos alunos, através do estabelecimento de ensino. -----
- ---- Face ao exposto, propõe-se que: ----
 - a) Sejam cabimentados os montantes referentes às comparticipações financeiras nas vinhetas de transportes escolares para os alunos dos 2.º, 3.º Ciclos e Ensino Secundário sendo o valor previsto para o ano civil de 2016 de 272.000,00 € (com IVA) e para o ano civil 2017 de 408.000,00€ (com IVA),------

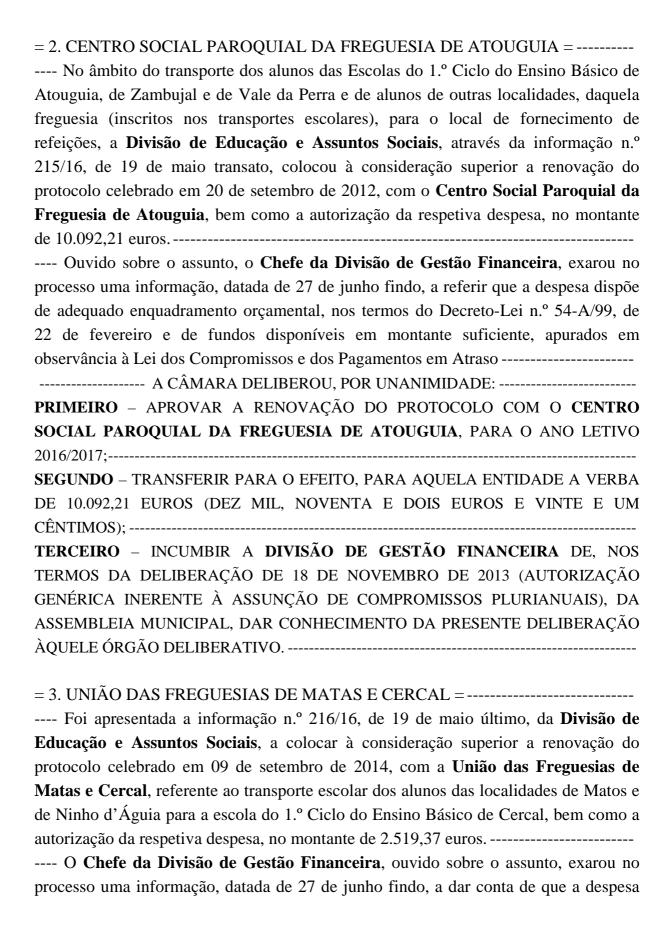




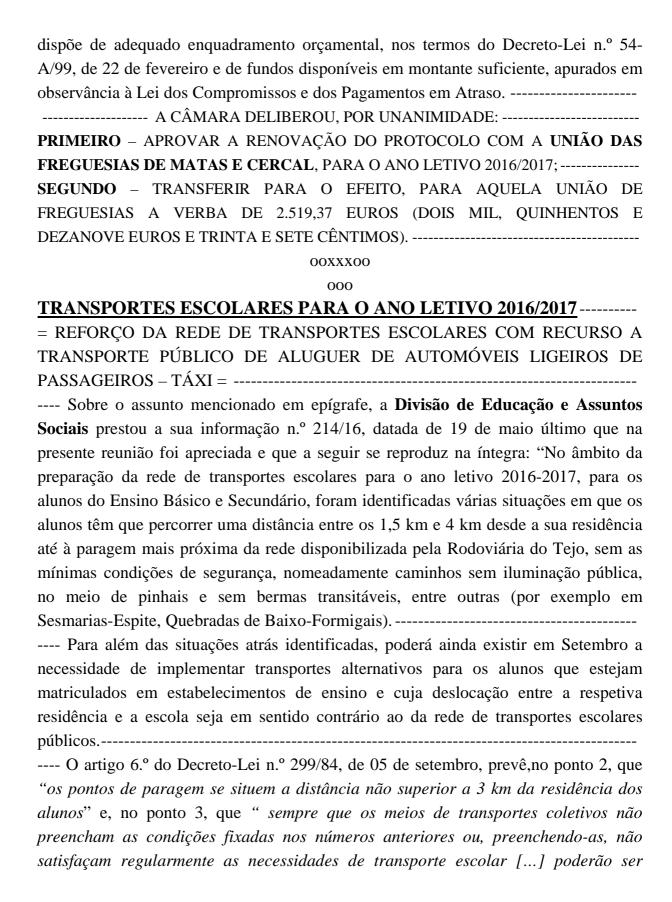




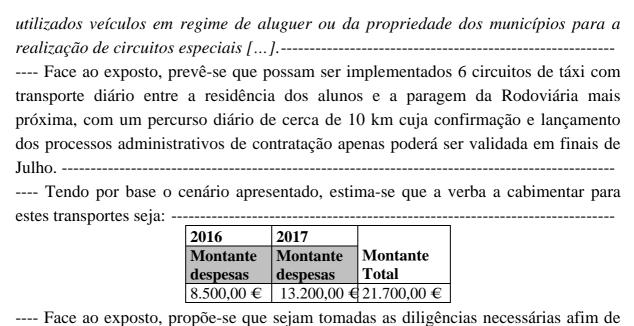












que seja autorizada, pelo executivo municipal, a despesa referente à implementação de circuitos especiais de alugueres de táxis para reforço da rede de transportes escolares para o ano letivo 2016-2017, sendo o valor previsto para o ano civil de **2016 de** 8.500,00 € (com IVA)e para o ano civil 2017 de 13.200,00€ (com IVA) --------- À Consideração de V.ª Ex.ª,". --------- O Chefe da Divisão de Gestão Financeira, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 27 do mês findo, a dar conta de que a despesa proposta dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. ---------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A DESPESA PROPOSTA NA INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS SUPRA TRANSCRITA E INCUMBIR A DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA DE, NOS TERMOS DA DELIBERAÇÃO DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013 (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA INERENTE À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS), DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DAR CONHECIMENTO DA PRESENTE DELIBERAÇÃO ÀQUELE ÓRGÃO DELIBERATIVO. ------

ooxxxoo

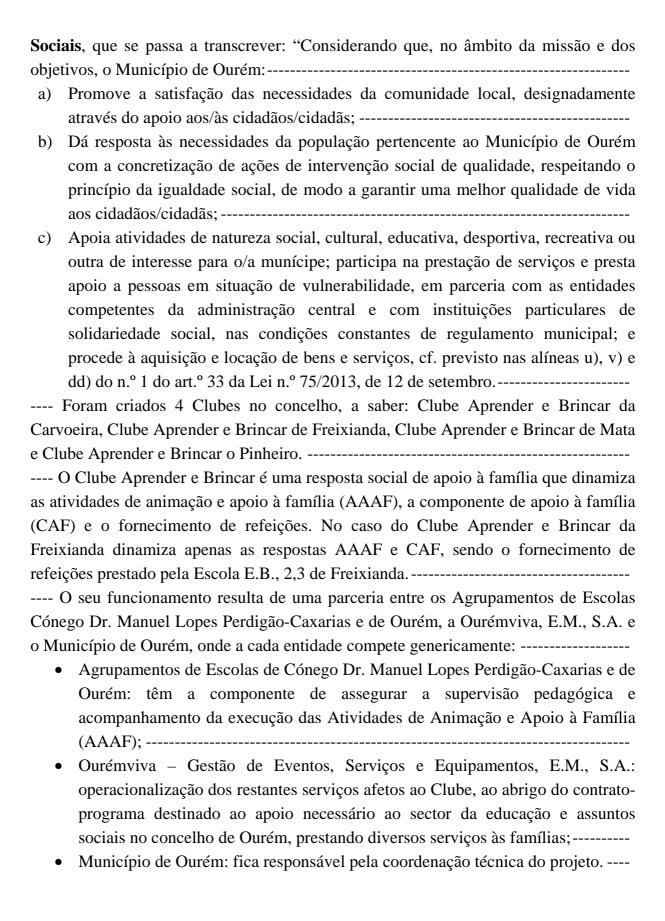
000

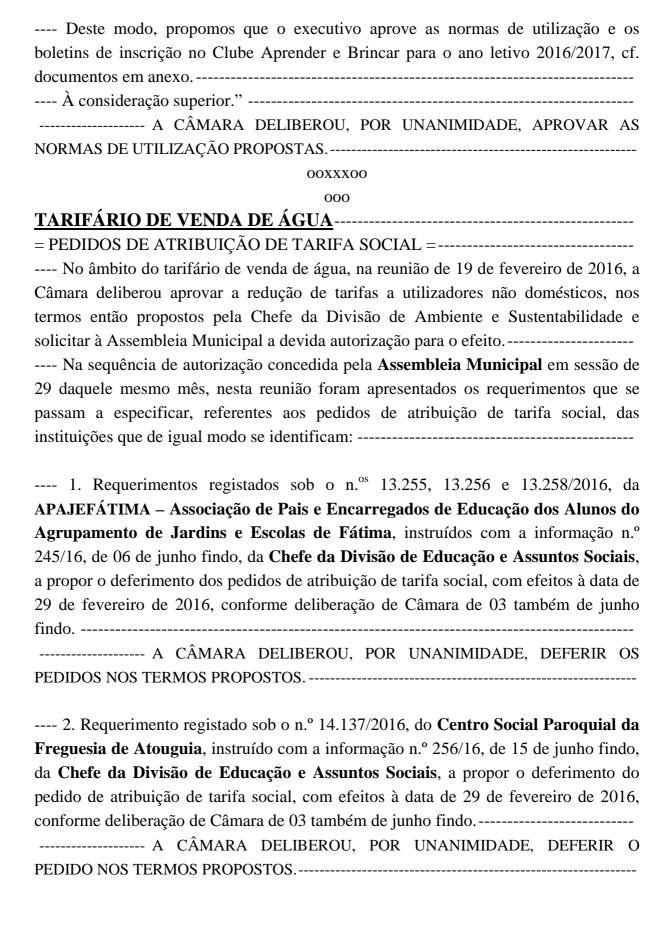
CLUBE APRENDER E BRINCAR-----

= NORMAS DE UTILIZAÇÃO - ANO LETIVO 2016/2017 = ------

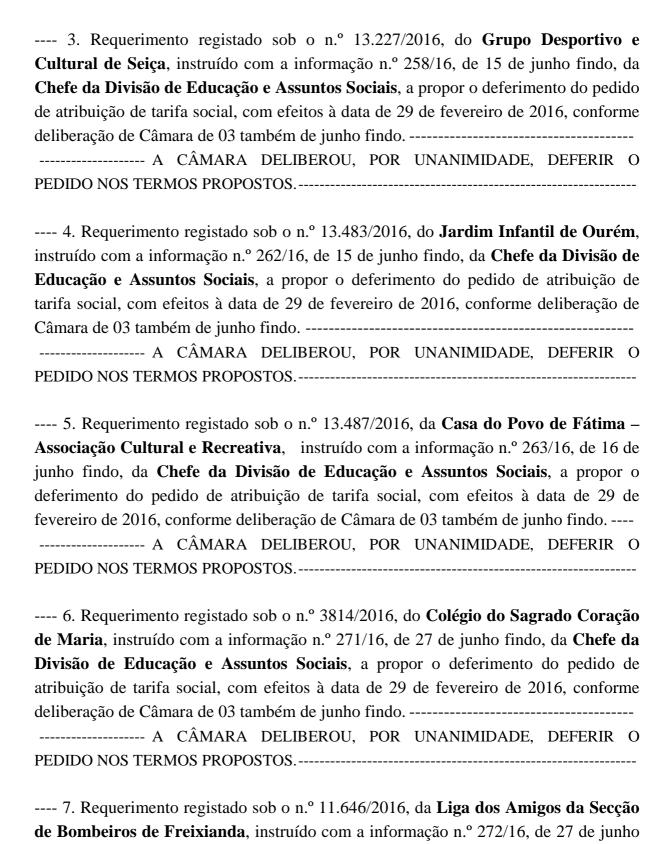
---- Relativamente ao assunto designado em epígrafe, foi apresentada a informação n.º 248/16, datada de 07 de junho findo, da **Chefe da Divisão de Educação e Assuntos**





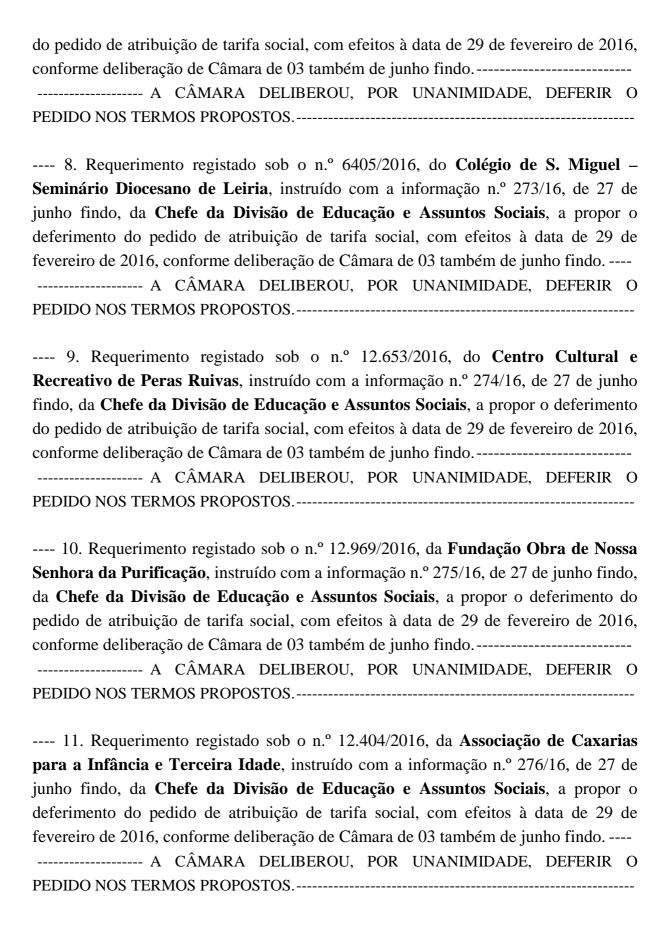




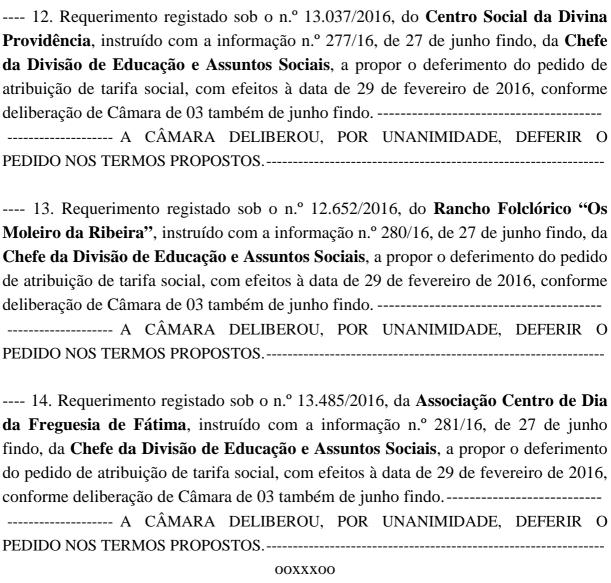


findo, da Chefe da Divisão de Educação e Assuntos Sociais, a propor o deferimento









000

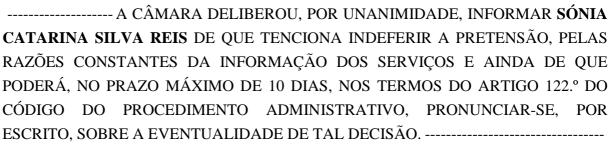
PROPOSTA DE CONTRATO DE COMODATO COM A FUNDAÇÃO DA CASA DE BRAGANÇA -----



20 de junho de 2014 foi celebrado o protocolo de cooperação entre o Município de Ourém e a Fundação da Casa de Bragança (FCB), visando a valorização dos

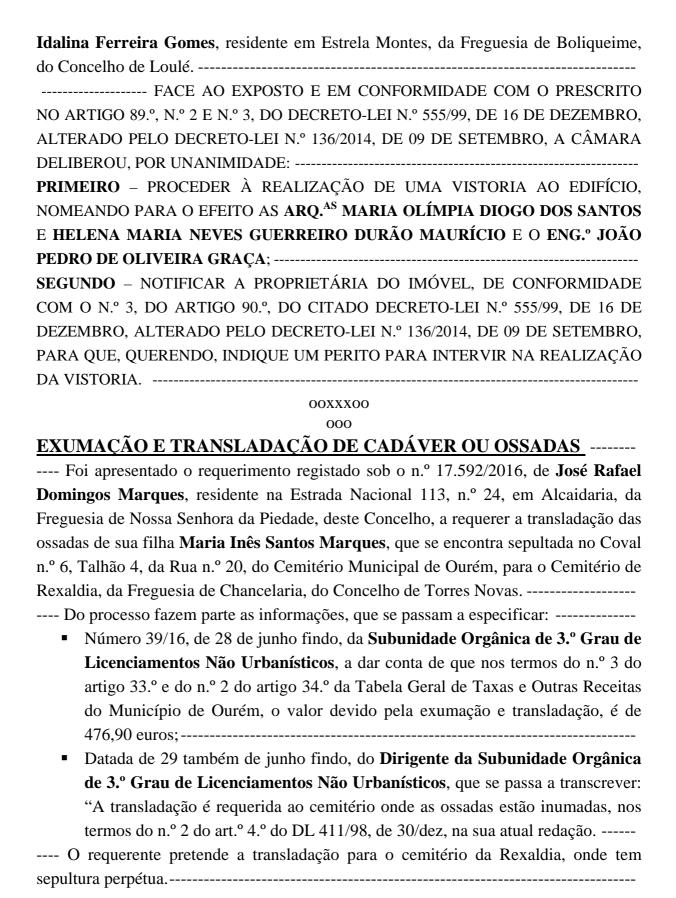
monumentos património da FCB e da Vila Medieval. Conforme a Cláusula Segunda, alíneas a) e f), compete ao Município assumir a gestão dos Espaços e formular candidaturas a programas de financiamento, com acordo com a FCB, de modo a viabilizar a intervenção e sequente gestão pelo Município enquanto tutela. --------- No decurso dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do projeto de reabilitação do Castelo e Paço dos Condes de Ourém e da abertura do aviso de candidatura da reabilitação do conjunto monumental ao projeto "Património Cultural – intervenções em monumentos nacionais", cuja dotação disponível no ITI é de 510.000€, é indispensável promover a aprovação da proposta de Contrato de Comodato entre ambas as entidades. A aprovação pelo Executivo Camarário e a sequente celebração do contrato é condição necessária para a submissão do relatório prévio para a reabilitação do Castelo e Paço dos Condes à Direção Geral do Património Cultural, após a sua aprovação pelo Executivo Camarário, o que deverá ocorrer no presente mês --------- À CONSIDERAÇÃO V.ª EX.ª''. ----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO DE COMODATO APRESENTADA. ----ooxxxoo 000 ACIDENTE DE VIAÇÃO -----= PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO =--------- Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 10.023/2016, de Sónia Catarina Silva Reis, residente na Rua das Azinheiras, n.º 26, na Freguesia de Fátima, deste Concelho, a informar de que no dia 24 de março de 2016, sofreu um acidente de viação quando circulava na Rua da Cooperativa (sentido Montelo – Fátima), também em Fátima, tendo danificado um pneu e respetiva jante da viatura, propriedade de Valter Castanheiro Santos, de matrícula 16-FU-27, devido ao mau estado em que se encontrava o alcatrão da referida estrada e a solicitar o ressarcimento do montante referente aos danos causados, conforme comprovativos que anexa. --------- Ouvido sobre o assunto, o Dirigente da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Fiscalização e Contencioso, prestou a informação n.º 22/16, de 23 de junho findo, a referir que, salvo melhor entendimento, não estão reunidos os requisitos legais para o apuramento da responsabilidade civil do Município, por forma a ressarcir a requerente do montante de 162,00€, propondo o indeferimento dopedido. -----



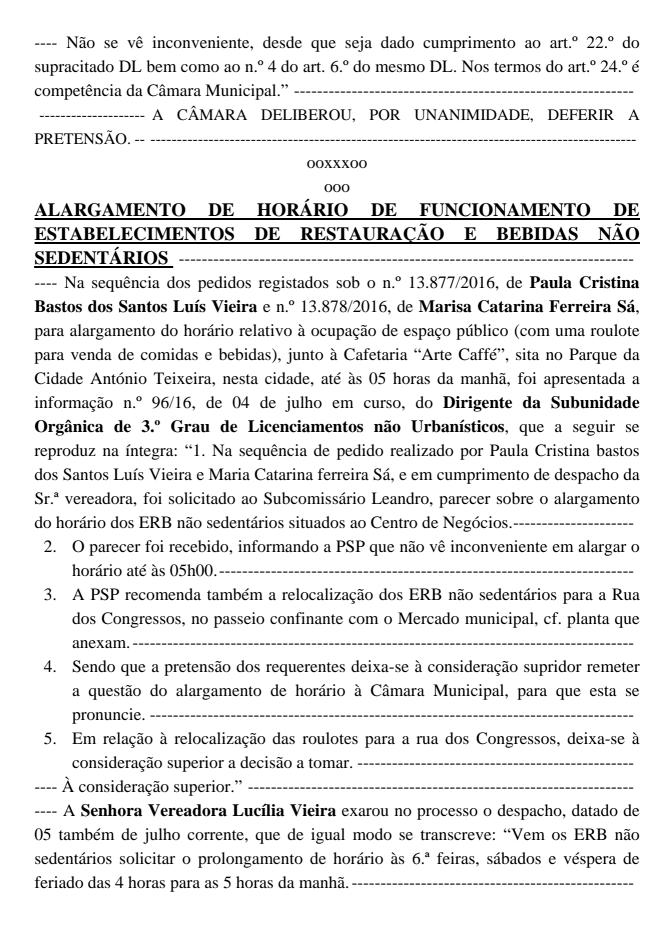


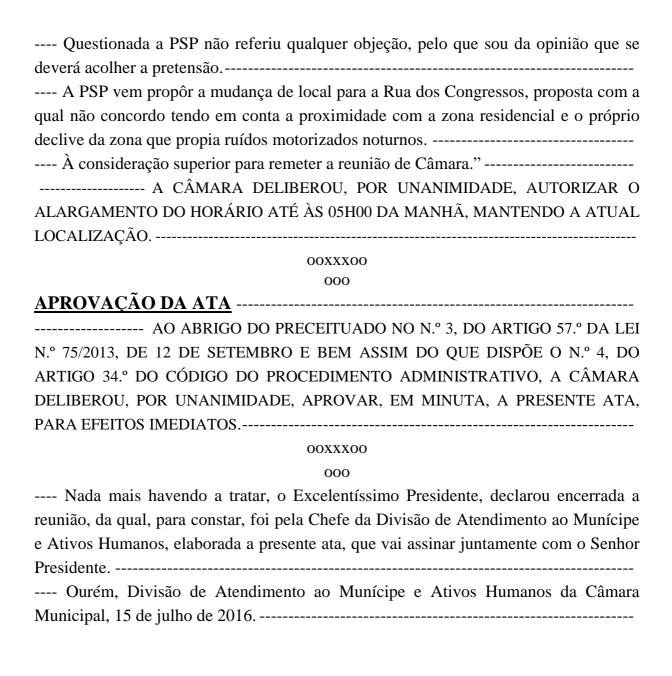
OOXXXOO
000
<u>DEMOLIÇÃO/BENEFICIAÇÃO DE EDIFICAÇÃO – SEGURANÇA E</u>
SALUBRIDADE PÚBLICAS
= 1. EDIFÍCIO DEVOLUTO =
O Serviço de Fiscalização , através da sua informação n.º 195/16, de 27 do mês
findo, dá conta de que julga ser propriedade de Maria de Jesus Pereira, residente na
Rua Manuel Barra, em Alveijar, da Freguesia de Fátima, deste Concelho, o edifício
devoluto e em perigo de derrocada de parte da fachada, sito no Largo Martins, também
na localidade de Alveijar, situação que cria perigo para a segurança de pessoas e bens
no local
FACE AO EXPOSTO E EM CONFORMIDADE COM O PRESCRITO
NO ARTIGO 89.°, N.° 2 E N.° 3, DO DECRETO-LEI N.° 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO,
ALTERADO PELO DECRETO-LEI N.º 136/2014, DE 09 DE SETEMBRO, A CÂMARA
DELIBEROU, POR UNANIMIDADE:
PRIMEIRO – PROCEDER À REALIZAÇÃO DE UMA VISTORIA AO EDIFÍCIO,
NOMEANDO PARA O EFEITO AS ARQ.^{AS} MARIA OLÍMPIA DIOGO DOS SANTOS
E HELENA MARIA NEVES GUERREIRO DURÃO MAURÍCIO E O ENG.º JOÃO
PEDRO DE OLIVEIRA GRAÇA;
SEGUNDO – NOTIFICAR MARIA DE JESUS PEREIRA, DE CONFORMIDADE COM
O N.º 3, DO ARTIGO 90.º, DO CITADO DECRETO-LEI N.º 555/99, DE 16 DE
DEZEMBRO, ALTERADO PELO DECRETO-LEI N.º 136/2014, DE 09 DE SETEMBRO,
PARA QUE, QUERENDO, INDIQUE UM PERITO PARA INTERVIR NA REALIZAÇÃO
DA VISTORIA
= 2. EDIFÍCIO EM RUÍNAS =

---- Através da informação n.º 197/16, de 05 de julho em curso, o Serviço de Fiscalização, dá conta de que a edificação em ruínas e em perigo de derrocada, sita na Rua do Bugalho, na localidade de Valada, da Freguesia de Seiça, deste Concelho, situação que cria perigo para a segurança de pessoas e bens no local, é propriedade de









O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A CHEFE DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE E ATIVOS HUMANOS.



ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 15/07/2016

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

1. PRESIDÊNCIA

1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2015.05.29:
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos.

1.2. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

= Autorização prévia para ações de (re)arborização – Carta registada sob o n.º 17.301/2016, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Manoel Mangas Pereira.

2. DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE E ATIVOS HUMANOS

2.1. SECÇÃO DE EXPEDIENTE

- = Ampliação do número de compartes:
 - 1. Requerimento registado sob o n.º 16.738/2016, de Filipa Simões Pereira, sobre prédio sito em Vale Verde, limite de Solheira União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos:
 - 2. Requerimento registado sob o n.º 17.940/2016, de Manuel Rosa Bastos, sobre prédio sito em Ramalheira União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais;
- = Ourémviva Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos, E.M., S.A. Relatório trimestral de controlo de gestão Março de 2016 Ofício n.º 225/2016, de 14 de junho findo, da empresa municipal.

2.2. SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA NO TRABALHO

= Abertura de procedimentos concursais comuns para ocupação de 24 postos de trabalho distribuídos pelas categorias de Técnico Superior e Assistente Técnico, destinados à celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado — Proposta n.º 12/2016, datada de 12 do corrente mês, do Senhor Presidente.

3. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

= MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. – Proposta de contrato de concessão de parcela de terreno sita na Avenida D. José Alves Correia da Silva – Fátima – Reapreciação do processo.



3.1. PATRIMÓNIO E NOTARIADO

- = Cedência das instalações do antigo Jardim de Infância de Tacoaria Freguesia de Seiça Proposta de protocolo Informação n.º 128/16, datada de 24 de junho findo, do Serviço de Património e Notariado (SPN);
- = Pedido de cedência de terreno envolvente à Zona Industrial de Ourém Casal dos Frades Seiça Requerimento registado sob o n.º 8312/2016, de Carla Manuela Domingos Reis.

4. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

= Pedido de cedência de tout-venant – Requerimento registado sob o n.º 13.138/2016, da Comissão da Capela de Lagoa do Furadouro – Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias.

5. DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

= Taxas de conservação das redes e sistema de saneamento, tarifa de tratamento de águas residuais, tarifa de recolha, transporte e tratamento de RSU's — Devolução de verba, por motivo de rotura — Informação n.º 398/16, de 23 de junho findo, da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade.

6. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

- = Licenciamentos de obras particulares:
 - 1. Processo registado sob o n.º 130/2011, de Agostinho dos Santos Pereira, instruído com a informação n.º 69/16, de 16 de junho findo, da Divisão de Gestão Urbanística (DGU);
 - 2. Processo registado sob o n.º 266/2013, de João Pedro Rosa de Oliveira e Maria Aurora Matias Reis de Oliveira, instruído com a informação n.º 71/16, de 16 de junho findo, da DGU:
 - 3. Processo registado sob o n.º 2801/2009, de Adelino Pereira de Oliveira Homem, instruído com a informação n.º 72/16, de 16 de junho findo, da DGU;
 - 4. Processo registado sob o n.º 57/2012, de Manuel Inácio Pereira, instruído com a informação n.º 73/16, de 16 de junho findo, da DGU;
 - 5. Processo registado sob o n.º 212/2013, de António Gonçalves Lopes, instruído com a informação n.º 74/16, de 16 de junho findo, da DGU;
 - 6. Processo registado sob o n.º 95/2010, de Aida Maria Gomes Pereira, instruído com a informação n.º 75/16, de 16 de junho findo, da DGU;
 - 7. Processo registado sob o n.º 112/2015, da firma Ouripeças Comercialização de Peças e Automóveis, Limitada, instruído com a informação n.º 76/16, de 16 de junho findo, da DGU;
 - 8. Processo registado sob o n.º 31/2016, de Armando Pereira da Silva e Elvira Martins Gaspar, instruído com a informação n.º 159/16, de 23 de junho findo, da DGU;
 - 9. Processo registado sob o n.º 90/2016, de José Gaspar da Silva, instruído com a informação n.º 208/16, de 06 de junho findo, da DGU;
 - 10. Requerimento registado sob o n.º 1007/2016, de José Manuel Duarte Simões, instruído com a informação n.º 235/16, de 29 de junho findo, da DGU;
 - 11. Requerimento registado sob o n.º 1008/2016, da Fábrica da Igreja Paroquial de Matas, da União das Freguesias de Matas e Cercal, instruído com a informação n.º 99/16, de 23 de junho findo, da DGU;
 - 12. Requerimento registado sob o n.º 1012/2016, do Grupo Desportivo e Cultural de Seiça, instruído com a informação n.º 98/16, de 23 de junho findo, da DGU;
 - 13. Processo registado sob o n.º 46/2016, da Freguesia de Alburitel, instruído com a informação n.º 168/16, de 07 de julho em curso, da DGU;



- 14. Exposição registada sob o n.º 17.242/2016, da firma Ratisbona Promoções e Construções Sociedade Unipessoal, Limitada, referente ao processo de obras n.º 308/2015;
- = Demolição de prédio em Vilar dos Prazeres (EN 349) Ofício n.º 132, de 05 de julho em curso, da Junta de Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias;
- = Loteamento Urbano Requerimento registado sob o n.º 684/2015, da firma Casa Mor Compra e Venda de Imóveis, Limitada, instruído com a informação n.º 57/16, de 28 de abril transato, da DGU;
- = Pedido de parecer prévio não vinculativo Processo registado sob o n.º 139/2016, da Freguesia de Seiça, instruído com a informação n.º 333/16, de 01de julho em curso, da Divisão de Obras Municipais.

7. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS

- = Atividades de Enriquecimento Curricular 2016/2017 Informação n.º 206/16, de 18 de maio transato, da Divisão de Educação e Assuntos Sociais (DEAS);
- = Programa de expansão e desenvolvimento da educação Pré-escolar Ano letivo 2016/2017
- Informação n.º 207/16, de 18 de maio último, da DEAS;
- = Agrupamentos de Escolas Pagamento de chamadas telefónicas dos estabelecimentos de educação Pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico Ano letivo 2016/2017 Informação n.º 208/16, de 06 de junho findo, da DEAS;
- = Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico Ano letivo 2016/2017 Informação n.º 210/16, de 18 de maio último, da DEAS;
- = Transportes escolares para o ano letivo 2016/2017 Alunos dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e do Secundário Informação n.º 212/16, de 19 de maio transato, da DEAS;
- = Renovação de protocolos:
 - 1. União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos Informação n.º 209/16, datada de 19 de maio transato, da DEAS;
 - 2. Centro Social Paroquial da Freguesia de Atouguia Informação n.º 215/16, de 19 de maio último, da DEAS;
 - 3. União das Freguesias de Matas e Cercal Informação n.º 216/16, datada de 19 de maio último, da DEAS;
- = Transportes escolares para o ano letivo 2016/2017 Reforço da rede de transportes escolares com recurso a transporte público de aluguer de automóveis ligeiros de passageiros Táxi Informação n.º 214/16, de 19 de maio transato, da DEAS;
- = Clube Aprender e Brincar Normas de utilização Ano letivo 2016/2017 Informação n.º 248/16, de 07 de junho findo, da Chefe da DEAS;
- = Tarifário de venda de água Pedidos de atribuição de tarifa social:
 - 1. Requerimentos registados sob os n.ºs 13.255, 13.256 e 13.258/2016, da APAJEFÁTIMA Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos do Agrupamento de Jardins e Escolas de Fátima, instruídos com a informação n.º 245/16, de 06 de junho findo, da Chefe da DEAS;
 - 2. Requerimento registado sob o n.º 14.137/2016, do Centro Social Paroquial da Freguesia de Atouguia, instruído com a informação n.º 256/16, de 15 de junho findo, da Chefe da DEAS:
 - 3. Requerimento registado sob o n.º 13.227/2016, do Grupo Desportivo e Cultural de Seiça, instruído com a informação n.º 258/16, de 15 de junho findo, da Chefe da DEAS;



- 4. Requerimento registado sob o n.º 13.483/2016, do Jardim Infantil de Ourém, instruído com a informação n.º 262/16, de 15 de junho findo, da Chefe da DEAS;
- 5. Requerimento registado sob o n.º 13.487/2016, da Casa do Povo de Fátima Associação Cultural e Recreativa, instruído com a informação n.º 263/16, de 16 de junho findo, da Chefe da DEAS;
- 6. Requerimento registado sob o n.º 3814/2016, do Colégio do Sagrado Coração de Maria, instruído com a informação n.º 271/16, de 27 de junho findo, da Chefe da DEAS;
- 7. Requerimento registado sob o n.º 11.646/2016, da Liga dos Amigos da Secção de Bombeiros de Freixianda, instruído com a informação n.º 272/16, de 27 de junho findo, da Chefe da DEAS;
- 8. Requerimento registado sob o n.º 6405/2016, do Colégio de S. Miguel Seminário Diocesano de Leiria, instruído com a informação n.º 273/16, de 27 de junho findo, da Chefe da DEAS;
- 9. Requerimento registado sob o n.º 12.651/2016, do Centro Cultural e Recreativo de Peras Ruivas, instruído com a informação n.º 274/16, de 27 de junho findo, da Chefe da DEAS:
- 10. Requerimento registado sob o n.º 12.969/2016, da Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação, instruído com a informação n.º 275/16, de 27 de junho findo, da Chefe da DEAS;
- 11. Requerimento registado sob o n.º 12.404/2016, da Associação de Caxarias para a Infância e Terceira Idade, instruído com a informação n.º 276/16, de 27 de junho findo, da Chefe da DEAS;
- 12. Requerimento registado sob o n.º 13.037/2016, do Centro Social da Divina Providência, instruído com a informação n.º 277/16, de 27 de junho findo, da Chefe da DEAS;
- 13. Requerimento registado sob o n.º 12.652/2016, do Rancho Folclórico Os Moleiros da Ribeira, instruído com a informação n.º 280/16, de 27 de junho findo, da Chefe da DEAS:
- 14. Requerimento registado sob o n.º 13.485/2016, da Associação Centro de Dia da Freguesia de Fátima, instruído com a informação n.º 281/16, de 27 de junho findo, da Chefe da DEAS.

8. DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL

= Proposta de contrato de comodato com a Fundação da Casa de Bragança – Carta, datada de 01 de julho corrente, da referida instituição.

9. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO

- = Acidente de viação Pedido de indemnização Requerimento registado sob o n.º 10.023/2016, de Sónia Catarina Silva Reis, sobre acidente ocorrido na Rua da Cooperativa, em Fátima, no dia 24/03/2016;
- = Demolição/beneficiação de edificação Segurança e salubridade públicas:
 - 1. Edifício devoluto Informação n.º 195/16, de 27 do mês findo, da Fiscalização Municipal;
 - Edifício em ruínas Informação n.º 197/16, de 05 de julho em curso, da Fiscalização Municipal.



10. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS

- = Exumação e transladação de cadáver ou ossadas Requerimento registado sob o n.º 17.592/2016, de José Rafael Domingos Marques;
- = Alargamento de horário de funcionamento de estabelecimentos de restauração e bebidas não sedentários Informação n.º 96/16, de 04 de julho em curso, do Dirigente da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Licenciamentos Não Urbanísticos.

Câmara Municipal de Ourém, 12 de julho de 2016

O Vice-Presidente da Câmara

Nazareno José Menitra do Carmo



DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

Processos deferidos por despacho dos Exmos. Presidente e Vereadores, 01-07-2016 a 14-07-2016

Processo nº	Requerente	Local
54/2016	Amândio José Canavieira Santos	Rua 13 de Maio - Mata – freguesia de Urqueira
90/2015	André Gomes de Bastos	Estrada da Póvoa – Freixianda – da união das freguesias de Freixianda Ribeira do Fárrio e Formigais
1990/2000	António Pereira Jorge	Avenida Beato Nuno – Fátima – freguesia de Fátima
1/2012	Cláudia Filipa Marques Henriques	Casais Galegos – Casal dos Bernardos – da união das freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos
138/2016	Cristina Maria Oliveira Vidal	Rua Visconde do Montelo, n.º 17 – Fátima – freguesia de Fátima
301/2015	Diamantino Dias Gonçalves Pereira	Rua Principal, n.º 203 – Marta – Rio de Couros – da união das freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos
329/2012	Fábrica Igreja Paroquial Freguesia Nossa Sra. das Misericórdias	Melroeira – Ourém – freguesia de N.ª Sra. das Misericórdias
330/2015	Fativenda – Imobiliária Lda	Pé da Lareira – Moimento – Fátima – freguesia de Fátima
310/2013	Faustino Simões & Filhos Lda	Rua Principal, n.º 2 – Freixianda – da união das freguesias de Freixianda, Ribeiro do Fárrio e Formigais
81/1980	Francisco Castanheira Prazeres	Av. José Alves Correia da Silva, n.º 92 - Cova da Iria – freguesia de Fátima
353/2014	Instituto das Filhas de Santa Maria de Leuca	Rua de São João Eudes, n.º 25 – Cova da Iria – freguesia de Fátima
176/2014	Irmãs Missionárias de S. Carlos Scalabrinianas	Rua João Baptista Scalabrinianas, n.º 12 – Fátima – freguesia de Fátima
198/2016	Jacinta Maria Marto Santos	Rua Francisco Marto, n.º 77/83 – Cova da Iria – freguesia de Fátima
463/2001	José Simões de Oliveira	Casalinho – Casal dos Bernardos – da união das freguesias de Rio de Couros e Casl dos Bernardos
345/2015	Leve – Investimento Imobiliário Lda	Rua Maria Inácia Martins Verdasca – nº 45 – Alcaidaria – freguesia de N.ª Sra. da Piedade
300/2014	Luís António Silva Rodrigues	Estrada Real – Perucha – Freixianda – da união das freguesias de Freixianda, Ribeiro do Fárrio e Formigais
299/2014	Madol – Sociedade Ind. Madeiras do Olival Lda	Rua Dr. Carlos Vaz Faria de Almeida – Casais de Carcavelos – da união das freguesias de Gondemaria e Olival



289/2015	Manuel de Oliveira Vieira	Estrada de Torres Novas – Amoreira – freguesia de Fátima		
113/2014	Metalúrgica Moderna de Caxarias Lda	Avenida 21 de Junho – Chã – Caxarias – freguesia de Caxarias		
284/2015	Pascal Manuel Pereira Lopes	Rua do Mondego – Fartaria – da união das freguesias de Gondemaria e Olival		
329/2015	Pedro Miguel Lopes Graça	Rua de Santo António – Caxarias – freguesia de Caxarias		
22/2016	Pedro Simões Rodrigues	Rua dos Bombeiros Voluntários – Ourém – freguesia de Nossa Sra. da Piedade		
304/2015	Sérgio José Vieira de Figueiredo	Rua do Monreal – Ourém – freguesia de Na Sra. da Piedade		
2304/2008	Vera Mónica Ferreira Jacinto	Matos – Cercal – da união das freguesias de Matas e Cercal		

Ourém, 15 de Julho de 2016

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DGU



DIREÇÃO INTERMÉDIA 3º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 01/07/2016 a 14/07/2016

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento	
18095	União das freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais		
18092	Centro Social da Divina Providência – Casa do Bom Samaritano	Inspeção de elevador	
17803	Bodas e Festas-Actividades Turísticas, Inspeção de elevador Lda.		
18805	José Vieira dos Reis	Inspeção de elevador	
17914	Funerária Ouriense, Lda.	Inumação de Cadáver	
17913	Funerária Ouriense, Lda.	Inumação de Cadáver	
17915	Funerária Ouriense, Lda.	Inumação de Cadáver	
19044	Cecília Maria Gonçalves Gameiro Lopes Licença de Ciclomotor		
18147	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Caxarias Licença de ruído		
18260	Junta de freguesia de Espite Licença de ruído		
18555	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Rio de Couros	Licença de ruído	
18776	Associação Montamora Sport Club	Licença de ruído	
18768	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias	Licença de ruído	
19058	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Olival	Licença de ruído	
18859	P'Escola-Associação Cultural Recreativa e Desportiva da Soutaria	Licença de ruído	
18899	O Centro Cultural e Recreativo do Olival	Licença de ruído	
27691	Anabela Silva Simões Aquino	MCP - RJACSR	
26327	Vladyslav Ryezanov	MCP - RJACSR	
18811	Pravi-Projeto de Apoio às Vítimas	Peditório	
18861	BTT-Clube dos Pinheiros	Prova Desportiva	
22230	Pátio de Avô - Bar Hotelaria, Lda.	Publicidade	



17221	A Acústica Médica-Hidden Hearing, Portugal	Rastreio Auditivo
12992	Oásis Salgado, Lda.	Vendedor de Mercado

Ourém, 15 julho de 2016

Jacinto Costa

(Dirigente de Direção Intermédia da Unidade 3.º Grau de Licenciamentos Não Urbanísticos, Despacho 48/2015, de 2015/Agosto/21)



CONTRATO DE CONCESSÃO DO USO PRIVATIVO DE ESPAÇO PÚBLICO MUNICIPAL

Entre:

Município de Ourém, com sede na Praça D. Maria II, N.º 1, Ourém, 2490 – 499 Ourém, pessoa coletiva de direito público número 501 280 740, neste ato representada por Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Ourém, de ora em diante abreviadamente designado como **CONCEDENTE**;

E

MEO – SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A., com sede na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 40, 1069 – 300 Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o número único de matricula e de identificação de pessoa coletiva 504 615 947, com o capital social de 230.000.000.,00 euros, neste ato representada por João Zúquete Dutschmann de Jesus da Silva na qualidade de Procurador, de ora em diante abreviadamente desiganda como **CONCESSIONÁRIA**;

Conjuntamente designados como "Partes".

É celebrado e reciprocamente aceite o presente **CONTRATO DE CONCESSÃO**, o qual fica subordinado ao Regime Jurídico do Património Imobiliário Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, na parte que lhe for aplicável e se rege pelas condições constantes das cláusulas seguintes e pelos seus Anexos:

Cláusula 1.ª

O Concedente é titular de uma parcela de terreno urbano integrada no domínio público municipal, sito na Av. D. José Alves Correia da Silva, em Cova da Iria, da Freguesia de Fátima, do Concelho de Ourém.

Cláusula 2.ª

O objeto do presente contrato é a concessão feita pelo Concedente à Concessionária, do uso privativo do espaço público municipal da parcela de terreno urbano identificado na cláusula anterior, com a área de 21 (vinte e um) m2, de ora em diante "Espaço concessionado", cuja localização se encontra assinalada em planta anexa (Anexo I e II).



Cláusula 3.ª

- 1 O Espaço concessionado destina-se ao exercício, pela Concessionária, da atividade de comunicações eletrónicas, de acordo com as licenças e/ou autorizações que a mesma tenha em vigor, ficando a Concessionária desde já autorizada a efetuar todos os trabalhos necessários à referida instalação e implementação, salvaguardando as respetivas nomas de segurança.
- 2 O Concedente autoriza, ainda, a Concessionária a proceder à passagem, no prédio de que é proprietário, por via subterrânea e/ou aérea, da cablagem que se afigure necessária, de modo a permitir o pleno e eficaz funcionamento das infraestruturas de comunicações eletrónicas.
- 3 O Concedente de igual modo autoriza a Concessionária a colocar no Espaço concessionado, quaisquer infraestruturas/equipamentos (armários, etc), que se afigurem necessários para garantir a finalidade descrita no número um da presente cláusula, bem como a instalar equipamento elétrico e de telefone.
- 4 A Concessionária, fica, desde já, expressamente autorizada a proceder à limpeza da zona circundante ao Espaço concessionado.
- 5 As Partes reconhecem e aceitam que a concessionária apenas será responsável pelos danos e ou prejuízos diretos, que sejam resultantes, direta e comprovadamente, do funcionamento das suas infraestruturas/equipamentos de comunicações eletrónicas instalados no Espaço concessionado.

Cláusula 4.ª

- 1 Caso sejam realizadas quaiquer alteraçãoes no Espaço concessionado, o Concedente deverá garantir que os trabalhos a efetuar não irão perturbar o funcionamento dos equipamentos/infraestruturas de comunicações eletrónicas instalados, nomeadamente, a continuação da emissão e receção de sinais.
- 2 A realização de quaiquer trabalhos no Prédio em que está situado o Espaço concessionado, por parte do Concedente, que sejam suscetíveis de afetar o funcionamento das suas infraestruturas/equipamentos de comunicações eletrónicas nele instalados, propriedade da Concessionária, deverão ser comunicadas à Concessionária com uma

F1.70 15/07/2016 Anexo IV



antecedência mínima de 3 (três) meses em relação ao seu início e ser objeto de prévio acordo escrito entre as Partes.

3 – No caso previsto no número anterior, o Concedente desde já autoriza a instalação temporária ou definitivsa das suas infraestruturas/equipamentos de comunicações eletrónicas nele instalados, propriedade da Concessionária, noutro local de sua propriedade e com caraterísticas equivalentes às do Espaço concessionado, suportando todos os custos decorrentes de tal deslocação.

Cláusula 5.a

- 1 As Partes acordam que todas as despesas inerentes à construção, manutenção, vedação e exploração da infraestruturas de comunicações eletrónicas a implantar no Espaço concessionado, serão da exclusiva responsabilidade da Concessionária.
- 2 As Partes reconhecem que não serão da responsabilidade da Concessionária as despesas relativas a obras de inovação/beneficiação decididas pelo Concedente, ou imposta por lei ou autoridades administrativas, bem como as despesas respeitantes a obras de reparação e conservação de partes comuns e/ou estruturais do imóvel, que serão inteiramente suportadas pelo Concedente, não devendo, em qualquer circunstância, acrescer ao valor da prestação paga ao abrigo do presente Contrato, salvo se essas obras vierem a ser determinadas por atuação comprovadamente culposa ou negligente da Concessionária.

Cláusula 6.ª

O Concedente reconhece e expressamente aceita que todos os trabalhos que sejam efetuados, bem como todos os equipamentos que sejam colocados, durante a vigência do presente contrato, pela concessionária, necessários para garantir a finalidade descrita na cláusula terceira do presente contrato, são propriedade da Concessionária, podendo esta levantá-los, sem que tal situação dê direito ao Concedente a receber qualquer quantia, seja a que título for, salvo se ocorrerem danos ou prejuízos para o Concedente, direta e comprovadamente resultante da atuação da Concessionária, caso em que o Concedente terá direito a ser indemnizado, pelos danos demonstradamente sofridos.

Cláusula 7.ª

1 – O presen	te contrato	é celebrado	pelo prazo ini	cial de 20 (vi	nte) anos, o	com início en	n
de	de 20	e renova-se.	automáticam	ente e suces	sivamente.	por períodos	de 5



(cinco) anos, exceto se alguma das Partes se opuser à sua renovação, nos termos do número seguinte.

- 2 A qualquer das Partes assiste o direito de se opor à renovação automática do contrato, desde que a respetiva declaração seja comunicada à outra parte, atrvés de carta registada com aviso de receção, para a morada indicada no presente contrato, com uma antecedência mínima de 1 (um) ano, relativamente ao termo do período inicial ou de cada renovação.
- 3 Apenas à Concessionária assistirá ainda o direito de, livremente, sem que para o efeito seja devido o pagamento de qualquer importância a título de renda, indemnização ou a qualquer outro título, denunciar antecipadamente o presente Contrato, desde que a respetiva denúncia seja comunicada ao Concedente, através de carta registada com aviso de receção, para a morada indicada no presente Contrato, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias sobre a data em que se operam os seus efeitos.

Cláusula 8.ª

- 1 As Partes acordam em que, caso se verifique a utilização do prédio do Espaço concessionado, por outros operadores e/ou terceiros, o Concedente, e previamente à sua verificação, compromete-se a exigir de tais operadores e/ou terceiros a apresentação e manutenção e vigor de apólice (s) de seguro idónea (s) para cobrir qualquer eventual dano, e responsabilidade civil extracontratual, que seja verificado nos equipamentos e infraestruturas de comunicações eletrónicas da Concessionária. Para apuramento do valor necessário a ser coberto pela (s) referida (s) apólice (s) de seguro e que deverá ser observado por parte dos operadores e/ou terceiros o Concedente, e caso aplicável, remeterá à Concessionária pedido de informação.
- 2 O Concedente reserva-se o direito de avaliar e autorizar todas as estruturas/infraestruturas que a Concessionária pretenda desenvolver no Espaço concessionado, face à necessidade de se garantirem soluções estéticas e funcionais compatíveis com a harmonia do urbanismo que deverão estar subjacentes nesta localização do território do Município de Ourém.
- 3 É expressamente acordado que, toda e qualquer intervenção, seja de que natureza for, no Espaço concessionado, onde estejam instaladas as infraestruturas e equipamentos de comunicações eletrónicas implantadas pela Concessionária, será sempre executada na presença de técnicos da Concessionária ou por esta indicados, sendo obervados os



requisitos técnicos e legais, salvo se situação diversa for previamente e por escrito acordada, entre as Partes.

Cláusula 9.ª

- 1 A Concessionária pagará ao Concedente, pelo uso do Espaço concessionado, uma renda mensal de 375,00€ (trezentos e setenta e cinco euros), pagamento que deverá ser efetuado através de transferência bancária para a conta
- 2 O Concedente compromete-se a emitir recibo, por via do pagamento recebido.
- 3 A renda será objeto de atualização anual de acordo com os coeficientes de atualização vigentes.
- 4 As rendas resultantes de atualização apenas serão devidas após comunicação escrita enviada pelo Concedente à Concessionária, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Cláusula 10.ª

- 1 No termo do contrato, o imóvel ocupado deverá ser reposto na situação em que se encontrava à data do início da concessão, com desmontagem ou retirada de bens ou sua perda a favor do Concedente, caso a desmontagem ou separação implique uma deterioração desproporcionada do imóvel ocupado.
- 2 A extinção da concessão por decurso do prazo não confere ao concessionário o direito a qualquer indemnização.

Cláusula 11.ª

- 1 O Espaço concessionado destina-se às finalidades referidas na cláusula terceira, não podendo a Concessionária dar-lhe outro uso, sem autorização, por escrito, do Concedente, salvo nos casos previstos nos números seguintes.
- 2 A Concessionária fica, desde já, autorizada a ceder, a qualquer título, a utilização de infraestruturas de telecomunicações a implantar no espaço concessionado, ou a permitir a co-instalação de infraestruturas de telecomunicações de terceiros no Espaço concessionado, a:
- A) empresas em que detenha participação no respetivo capital social;



- B) empresas que sejam por si dominadas ou pertençam ao mesmo Grupo societário e, ainda, a:
- C) outras empresas operadoras de comunicações eletrónicas; ao abrigo de:
- C1) de Acordos existentes entre as mesmas;
- C2) de Ofertas públicas da Concessionária;
- C3) desde que tal resulte de regulamentação de Autoridade administrativa.
- 3 Mais fica a Concessionária, desde já, autorizada a ceder, caso aplicável a qualquer título, a utilização de infraestruturas de comunicações eletrónicas a implantar no espaço concessionado ou a permitir a co-instalação de infraestruturas de comunicações eletrónicas de terceiros no espaço concessionado à entidade responsável pela instalação do SIRESP Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal ou outro, que o suceda, e/ou a qualquer entidade que desenvolva o projeto da Televisão Digital Terrestre (TDT) ou outro, que o suceda.

Cláusula 12.ª

- 1 O Concedente permitirá o livre acesso ao Espaço concessionado, 365 dias, 24 horas por dia, por parte do pessoal ao serviço da concessionária, o qual se deverá apresentar devidamente identificado, bem como, se for o caso, do respetivo material e utensílios, para ações de inspeção, manutenção e reparação dos equipamentos ali instalados, conferindolhe, para o efeito, a posse das respetivas chaves, que entregará.
- 2 O Concedente manterá o direito ao acesso ao Espaço concessionado ao abrigo do presente Contrato, em situações em que, em virtude da realização de trabalhos de conservação, tal presença se mostre necessária.

Cláusula 13.ª

- 1 Para garantia do cumprimento pontual das obrigações assumidas nos termos do presente contrato pela Concessionária, esta deverá prestar caução sob a forma de guia depósito, garantia bancária ou por seguro caução de 10% do valor do contrato.
- 2 Considera-se que a Concessionária entra em incumprimento, para os efeitos do ponto anterior, quando o Concedente perde objetivamente o interesse na prestação por parte da Concessionária;



- 3 Para os efeitos do n.º 2, da presente cláusula, a perda objetiva do interesse na prestação, verifica-se quando a Concessionária possua mais de três rendas mensais em atraso.
- 4 Em caso de incumprimento será acionada a caução prestada

Cláusula 14.ª

1 - Salvo as comunicações que, por força de disposição expressa do presente Contrato, devam ser efetuadas por carta registada com aviso de receção, todas as comunicações entre as Partes a efetuar ao abrigo do presente Contrato devem ser efetuadas por escrito, dirigidas para os seguintes endereços:

A) MUNICÍPIO DE OURÉM Praça D.ª Maria II, n.º 1, Ourém 2490 – 499 Ourém

B) MEO – SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, SA, Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 40
1069 – 300 Lisboa

- 2 Qualquer alteração ao domícilio convencionado deve ser comunicada à outra Parte, no prazo de 30 (trinta) dias de calendário, após essa alteração.
- 3 As comunicações efetuadas nos termos do número anterior considerar-se-ão realizadas na data da respetiva receção ou, se fora das horas normais de expediente (09-17), no dia útil imediatamente seguinte.

Cláusula 15.ª

- 1 Qualquer alteração ao presente Contrato será efetuada mediante documento escrito, assinado por ambas as partes, revestindo a forma de "Adicional".
- 2 O presente Contrato rege-se pela lei Portuguesa.
- 3 Para todas as questões emergentes do Contrato convenciona-se como foro competente o Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.



Do presente Contrato fazem parte integrante:
Anexo I – Planta de Localização
Anexo II – Planta de Implantação
Feito em duplicado em dede 2016
O Concedente
A Concessionária
A COUCESSIONANA



PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A CASOTA COMUNITÁRIA – ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS ERRANTES DE OURÉM PREÂMBULO

É função do Município de Ourém contribuir para a promoção da realização de projetos de interesse para o concelho.

Considerando que se encontra disponível no lugar de Tacoaria, da Freguesia de Seiça, onde funcionou o edifício constituído por rés do chão, destinado a Jardim de Infância, considera-se ser a Casota Comunitária – Associação de Proteção dos Animais Errantes de Ourém, a entidade mais ajustada para o seu usufruto, procurando tirar maior proveito para por em prática os seus objetivos.

Neste sentido o Município de Ourém celebra com a Casota Comunitária – Associação de Proteção dos Animais Errantes de Ourém, o presente protocolo de cedência daquele Edifício Municipal, na certeza de que é garantido o pleno aproveitamento do mesmo para iniciativas de interesse da associação.

É celebrado o presente protocolo aprovado, em reunião camarária de 15 de julho de 2016, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula I

Identificação dos outorgantes

O presente protocolo de cedência de instalações do antigo Jardim de Infância em Tacoaria – Seiça, é celebrado entre:

Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o n.º 501 280 740, com sede na Praça D. Maria II, n.º 1, na Cidade de Ourém, adiante designado como Primeiro Outorgante, devidamente representado pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca.

Casota Comunitária – Associação de Proteção dos Animais Errantes de Ourém, pessoa coletiva com o n.º 513 877 444, com sede no Bairro 25 de Setembro, n.º 18, 1.º andar direito na Cidade de Ourém, adiante designada como Segundo Outorgante, devidamente representada pela Excelentíssima Presidente da Direção, Maria Joana de Almeida e Silva.



Cláusula II

Objeto

O presente protocolo tem por objeto a cedência do edifício municipal – antigo Jardim de Infância em Tacoaria – Seiça, que se encontra desativado, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2514 da Freguesia de Seiça e descrita na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 3482 da mesma freguesia, à Casota Comunitária – Associação de Proteção dos Animais Errantes de Ourém, tornando o num pólo agregador de sinergias que poderão trazer contributos positivos para a criação da sua sede com atendimento, construção de um abrigo de gatos no espaço exterior, no âmbito das necessidades existentes no concelho.

Cláusula III

Período de vigência

Sem prejuízo de eventuais revisões dos termos contratuais, o período de vigência deste protocolo é de um ano, a contar da data da sua assinatura, sendo renovado automaticamente por igual período, caso não seja denunciado por qualquer das partes, com 30 dias de antecedência.

Cláusula IV

Direitos e deveres do primeiro outorgante

- 1. O primeiro outorgante compromete-se a ceder a gestão do edifício municipal antigo Jardim de Infância em Tacoaria Seiça, ao segundo outorgante, para que aí possam ser postos em prática os objetivos definidos na Cláusula II do presente protocolo.
- 2. O primeiro outorgante reserva para si o direito de efetuar vistoria às condições das instalações, informando com a devida antecedência o Segundo Outorgante.

Cláusula V

Direitos e deveres do segundo outorgante

- O Segundo Outorgante será responsável pelo acompanhamento da gestão e manutenção do edifício municipal e das respetivas infraestruturas incumbindo-lhe:
 - 1 Fazer uma utilização normal e prudente do espaço, equipamentos e infraestruturas adstritas ao mesmo:
 - 2 Utilizar e gerir o espaço disponibilizado, tornando-o um pólo de desenvolvimento;



- 3 Suportar todas as despesas de água e eletricidade;
- **4** Suportar todas as despesas inerentes à manutenção dos espaços exteriores e interiores, caso existam;
- **5** Manter o recinto do antigo Jardim de Infância em Tacoaria Seiça, nas melhores condições;
- **6** Efetuar um seguro que cubra eventuais danos que possam ocorrer aos intervenientes, durante a presença do segundo outorgante no espaço em apreço e suportar os respetivos custos;
- 7 Não efetuar obras ou qualquer outro tipo de alterações no espaço, infraestruturas anexas ou equipamentos cedidos, exceto com a prévia autorização do primeiro outorgante;
- **8** A utilização deste Edifício Municipal está exclusivamente afeto ao segundo outorgante, não podendo este cedê-lo a terceiros, devendo cumprir o objeto estatutário legal e os fins associativos previstos.

Cláusula VI

Devolução do espaço, infraestruturas e equipamentos

Aquando do *terminus* do presente protocolo, qualquer que seja a causa, o Segundo Outorgante obrigase a:

- a) Devolver ao Município de Ourém o espaço cedido, livre de quaisquer ónus ou encargos;
- b) Devolver as infraestruturas e os equipamentos cedidos, no estado de conservação em que os receberam, sem que haja direito a qualquer indemnização por eventuais benfeitorias por si realizadas.

Cláusula VII

Casos omissos

As questões omissas no presente protocolo serão resolvidas por acordo das partes.

Cláusula única

O presente protocolo contém três folhas, todas numeradas e rubricadas pelos representantes daquelas entidades, à exceção da última que contém as suas assinaturas, sendo feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das entidades outorgantes.





Ourém, __ de julho de 2016

O Segundo Outorgante
Casota Comunitária – Associação de Proteção dos Animais Errantes de Ourém

O Primeiro Outorgante O Município de Ourém

Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca

Maria Joana de Almeida e Silva